

RESPONSABILIDADE CIVIL - CIRCUNSTÂNCIAS ESCUSATIVAS DO DEVER DE INDENIZAR: EXCLUDENTES DE RESPONSABILIDADE; EXCEÇÕES À IMPUTABILIDADE; CLÁUSULA DE NÃO INDENIZAR (*)

Reinaldo Antônio Aleixo

Professor de Economia na Faculdade de Direito de Bauru - ITE, Advogado e mestrando em
Direito 1ª Turma, no programa de pós-graduação da Faculdade de Direito de Bauru.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela vida.

Aos meus pais, pelo amor e dedicação com que me iluminaram o caminho.

*À minha esposa e filhas, pela paciência e compreensão
pelas horas suprimidas de minha convivência.*

Aos meus Mestres e Orientadora pela riqueza e sabedoria dos ensinamentos.

*À Instituição Toledo de Ensino, por me patrocinar o sonho
de um dia poder ostentar o título de Mestre.*

*Monografia apresentada ao Programa de Mestrado em Direito da Instituição Toledo de Ensino de Bauru-SP, 1ª Turma, como requisito parcial à conclusão dos módulos de Direito Civil e Metodologia da Pesquisa Científica, tendo como orientadoras: Professora Doutora Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka e Professora Doutora Jussara Susi Borges Nasser Ferreira.

INTRODUÇÃO

O estudo da *responsabilidade civil*, a par de fascinante, nos impõe uma multiplicidade de ângulos para análise, dada a natureza última desse instituto jurídico, ou seja, a legal, obrigacional, contratual ou extracontratual. Em nosso trabalho, prendemo-nos mais a esta última, a responsabilidade extracontratual, no âmbito da Lei de Imprensa.

De origem remota, o instituto da responsabilidade civil vai buscar raízes no célebre Código de Hamurabi, denominação dada em homenagem ao imperador da Babilônia, que viveu, aproximadamente, no período 2003-1961, a.C, e quem encomendou a feitura desse que é o mais antigo conjunto de leis que se conhece.

Caminhando até os nossos dias, o instituto da *responsabilidade civil* vem se aprimorando cada vez mais, para atender à multiplicidade de atividades e relacionamentos humanos, sempre em busca de alcançar o ressarcimento integral de todo prejuízo (dano) experimentado por alguma pessoa, seja ela física ou jurídica, seja o dano material ou moral. Essa é a tônica também no tocante à Lei de Imprensa.

Afigura-se útil, a nosso ver, uma pesquisa em que se possa abordar as circunstâncias naturalmente, legalmente e convencionalmente escusativas do dever de indenizar o dano, mesmo que sem a profundidade desejável, mas fazendo esse estudo no campo da *responsabilidade civil* de que cuida a atual lei de Imprensa.

Por isso, iniciamos o trabalho com um estudo preliminar sobre a responsabilidade civil em geral e seus pressupostos, para, ao depois, mais atentamente, procurarmos enfocar os dispositivos do Capítulo VI, da referenciada Lei, anotando-os com as pesquisas elaboradas, e, em conclusão, relacionar aquelas circunstâncias escusativas em face destes, em especial refletindo sobre a *cláusula de não indenizar*.

Neste trabalho, desprezamos uma análise mais acurada quanto ao dano material, detendo-nos mais no aspecto do dano moral, porque dele mais interessa para o exame da Lei de Imprensa. Aliás, o dano moral, que até bem pouco tempo as letras jurídicas nacionais relutavam em aceitar na plenitude com que vemos hoje, e que, desde 1988, foi consagrado e protegido em nível constitucional. E, quando falamos em dano moral, dele não podemos afastar, para a abordagem do assunto de imprensa, o mais comum dos bens protegidos pelo direito de personalidade que é a honra. Aliás, o projeto do Código Civil, já aprovado pelo Senado Federal, traz significativa inovação, fazendo nele inserir um capítulo relativo aos direitos da personalidade.

SERRANO NEVES, em seu livro sobre o tema de imprensa, assim registrou:

"A honra - sentenciou Ariosto - está acima da vida. E a vida - previu Vieira - é um bem imortal: a vida, por larga que seja, tem os dias contados; a fama, por mais que conte anos e séculos, nunca lhe há de achar conto, nem fim, porque os seus são eternos: a vida conserva-se em um só corpo, que é o próprio, o qual, por mais forte

e robusto que seja, por fim se há de resolver em poucas cinzas: a fama vive nas almas, nos olhos e na boca de todos, lembrada nas memórias, falada nas línguas, escrita nos anais, esculpida nos mármores e repetida sonoramente sempre nos ecos e trombetas da mesma fama. Em suma, a morte mata, ou apressa o fim do que necessariamente há de morrer; a infâmia afronta, afeia, escurece e faz abominável a um ser imortal, menos cruel e mais piedosa se o puder matar.

...

A honra é um atributo pessoal, um bem jurídico conquistado pelo ser humano, seja ele quem for. Têm direito ao reconhecimento desse bem não só as pessoas vivas honradas, como, também, os condenados a interdições civis, as crianças e os loucos, como adverte Calón.

*Grande é a lábia, a astúcia, o idioma do injuriador. Por isso, não é possível catalogar os meios pelos quais o delito em causa pode ser cometido, como já ficou dito. Há injuriadores que atuam até mesmo através do silêncio."*¹

Também ANTÔNIO CHAVES, nos idos de 1991, invocou referido texto, ao prefiar o livro de Aparecida I. Amarante².

De outra parte, este trabalho, ao lado da pesquisa doutrinária, registra algumas notas jurisprudenciais recentes sobre o tema de imprensa, sem, entretanto, firmar-se uma preocupação mais profunda na colheita de julgados que viessem dar respaldo às notas doutrinárias.

Apesar de a Constituição Federal, ao cuidar da Ordem Social (Título VIII) dedicar um Capítulo específico, o de nº VI, à Comunicação Social, não é sobre o prisma constitucional que abordaremos o assunto da *responsabilidade civil*.

Por fim, como dizia Camões, "Não se aprende, Senhor, na fantasia. Sonhando, imaginando ou estudando, Senão vendo, tratando, pelejando"³. E também: "É terçando as armas, que se aprende a lutar."

Pois bem, pelejando e terçando as armas, e, sem qualquer inspiração às galas de inovadores, este é o assunto do presente trabalho, que expomos à paciência dos prezados leitores.

CAPÍTULO 1

DA RESPONSABILIDADE CIVIL

1. CONCEITO

Ser "responsável" é "responder pelos próprios atos", é corresponder. No Jardim do Éden, foi um Adão imaturo que, ao descobrir que comera o fruto proibido, colocou a responsabilidade em Eva. E foi uma Eva imatura que, por sua vez, colocou-a na tentação da serpente. Aristóteles foi um dos primeiros a observar que nos tornamos as pessoas que somos devido às nossas próprias decisões. A filósofa inglesa Mary Midgley diz que "o ponto central, de verdadeira excelência do Existencialismo [é] a aceitação da responsabilidade de ser como nos fizemos, a recusa a dar falsas desculpas."

Soren Kierkegaard, um dos pioneiros do Existencialismo do século XIX, deplorava os efeitos nocivos dos grupos e das multidões em nosso senso de responsabilidade. Ele diz: "Uma multidão em seu próprio conceito é o falso, pelo fato de deixar o indivíduo completamente impune e irresponsável ou, no mínimo, enfraquecer seu senso de responsabilidade, reduzindo-o a uma fração". Nas Confissões, Santo Agostinho usou esse senso de responsabilidade enfraquecido pela pressão dos pares como traço central da meditação sobre o vandalismo de sua juventude "porque temos vergonha de recuar quando os outros dizem 'Vamos!'" E insistiu tanto quanto Aristóteles e os existencialistas no reconhecimento da responsabilidade pessoal pelo que fazemos. Um senso de responsabilidade enfraquecido não enfraquece o fato da responsabilidade.⁴

"Toda manifestação da atividade humana traz em si o problema da responsabilidade. Isso talvez dificulte o problema de fixar o seu conceito, que varia tanto como os aspectos que pode abranger, conforme as teorias filosófico-jurídicas." Assim JOSÉ DE AGUIAR DIAS inicia a sua obra tão conhecida e respeitada sobre responsabilidade civil.⁵

A palavra "responsabilidade", no ensinamento de ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO, "descende do verbo latino *respondere*, de *spondeo*, primitiva obrigação de natureza contratual do direito quiritário, romano, pela qual o devedor se vincula ao credor nos contratos verbais, por intermédio de pergunta e resposta (*spondesne mihi dare Centum? Spondeo*, ou seja, prometes me dar um cento? Prometo". No mesmo sentido escreve MARIA HELENA DINIZ⁷.

Registra, em seu dicionário, F. MAGALHÃES que *respondere* significa *responder*,

⁴BENNETT, William J. *O livro das virtudes*. p. 139.

⁵Da responsabilidade civil, se, 1983, v. 1, p. 1

⁶Curso de direito civil - teoria geral das obrigações, p. 272

⁷Curso de direito civil brasileiro. v. 7, p. 33

assegurar, afiançar, e que *spondeo* é sinônimo de *afiançar, prometer, assegurar*.⁸ Por aí se vê que *responsabilidade* vem de responder, assegurar as conseqüências.

JOSÉ NÁUFEL define responsabilidade como: "a obrigação jurídica de responder alguém pelos efeitos conseqüentes de uma imputação" (Esmeraldino Bandeira, *apud* Léo Caldas Renault)."⁹

Sabemos que o Direito romano não chegou a construir propriamente uma teoria da responsabilidade civil, mas não é nada desprezível a evolução histórica do tema ocorrida entre os romanos, advinda de decisões dos juízes e dos pretores, de respostas dos jurisconsultos, enfim das constituições imperiais, de tal sorte que propiciou aos juristas romanos de todas as épocas irem se abeberando desses fragmentos e sistematizando os conceitos dali extraídos. Alex Weill e François Terré, citados por CAIO MÁRIO DA SILVA PEREIRA¹⁰, dizem que é difícil "precisar o histórico da responsabilidade civil".

É verdade que o Código de Hamurabi¹¹, no Capítulo XI (que tratava dos "Delitos e penas, lesões corporais, talião e indenizações"), a partir do art. 195, já trazia a idéia de punir o dano, fazendo com que o seu causador passasse por igual ou semelhante sofrimento¹². Também no Código de Manu - como assinala JAYME ALTAVILA¹³, que veio mais de 1500 anos após o do sábio rei Hamurabi, e foi redigido de forma poética, copiosa e exaustiva, podemos observar disposições nos mesmos moldes daquele Código (conforme destaca-se, na parte especial do 8º livro, o disposto nos artigos 264 e seguintes¹⁴). Igualmente a civilização helênica, mais avançada, legou o conceito de reparação do dano causado, com sentido puramente objetivo, e independentemente da afronta a uma norma predeterminada, conforme pontifica Caio Mário¹⁵.

ALVINO LIMA¹⁶, ao cuidar do conceito primitivo de responsabilidade, afirma que a vingança pura e simples, a vingança privada, como forma de repressão do dano, "passou para o domínio jurídico, como reação legalizada e regulada; o poder público passa a intervir no sentido de permiti-la ou de excluí-la quando injustificável. É a pena de Talião, da qual se encontram traços na Lei das XII Tábuas (Tábua VIII, 2ª lei¹⁷)".

⁸Dicionário latim-português português-latim. São Paulo: LEP, [19-].

⁹Novo dicionário jurídico brasileiro. v. III, p. 297.

¹⁰Responsabilidade civil. p. 1.

¹¹Código de Hamurabi, Código de Manu - excertos (livros oitavo e nono), Lei das XII Tábuas. p. 35.

¹²"Art. 195. Se um filho bater em seu pai cortarão sua mão". "Art. 196. Se um homem destruiu um olho de outro homem, destruirão o seu olho".

¹³Origem dos direitos dos povos. p. 61.

¹⁴"Art. 264. Um Ksatriya, por ter injuriado um Brâmane, merece uma multa de cem panas; um Vaisya, uma multa de cento e cinquenta ou de duzentos, um Sudra, uma pena corporal."

¹⁵*Op. cit.*, p. 1.

¹⁶Culpa e risco, p. 19-20.

¹⁷A Tábua oitava citada pelo autor seria conforme os fragmentos de ORTOLAN. Também é expressa como a Tábua Sétima, com a seguinte redação: "Tábua Sétima. Dos Delitos. 2. Se alguém causa um dano premeditadamente, que o repare" (cf. *Código de Hamurabi, Código de Manu (Livros oitavo e nono) e Lei das XII Tábuas*, p. 142). Alvaro Villaza Azevedo, em sua Teoria geral das obrigações, se refere à Tábua VII com a "*De delictis*" (p. 274).

SAVATIER, ensina-nos SÍLVIO RODRIGUES, assentou que a responsabilidade civil vem definida "como a obrigação que pode incumbir uma pessoa a reparar o prejuízo causado a outra, por fato próprio, ou por fato de pessoas ou coisas que dela dependam".¹⁸

Observa SERPA LOPES¹⁹ que a responsabilidade civil "é a obrigação de reparar um dano, seja por decorrer de uma culpa ou de uma outra circunstância legal que a justifique, como a culpa presumida, ou por uma circunstância meramente objetiva."

Para MARIA HELENA DINIZ²⁰ a responsabilidade civil: "é a aplicação de medidas que obriguem uma pessoa a reparar dano moral ou patrimonial causado a terceiros, em razão de ato por ela mesma praticado, por pessoa por quem ela responde, por alguma coisa a ela pertencente ou de simples imposição legal".

PLANIOL, RIPERT BOULANGER, citados por CAIO MÁRIO, baseando-se no Direito positivo, afirmaram que a existência de uma "obrigação de reparar é uma obrigação legal que nasce da culpa cometida".²¹

Na atualidade, onde cresce e se avoluma a chamada responsabilidade objetiva, entendemos que esse conceito citado por Caio Mário já não se faz completo.

Em sua consagrada obra já citada, ÁLVARO VILLAÇA AZEVEDO²² traz a afirmação de que a responsabilidade civil surge em face do descumprimento de uma obrigação. Para ele há distinção entre responsabilidade civil e obrigação. Em seu dizer: "ou o devedor deixa de cumprir um preceito estabelecido num contrato, ou deixa de observar o sistema normativo, que regulamenta sua vida. A responsabilidade nada mais é do que o dever de indenizar o dano". Em resumo: "responsabilidade civil é a situação de indenizar o dano moral ou patrimonial, decorrente de inadimplemento culposos, de obrigação legal ou contratual, ou imposta por lei".

Preferimos, em nossos estudos, pela forma clara, sintética e precisa, este último conceito dado por VILLAÇA AZEVEDO, que abrange a responsabilidade contratual e extracontratual, material ou moral, quer decorrente de culpa ou não.

2. PRESSUPOSTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL

Conquanto difícil seja a caracterização dos pressupostos necessários à configuração da responsabilidade civil, ante a imprecisão doutrinária a respeito²³, alguns entendendo que os elementos imprescindíveis à caracterização da responsabilidade civil é o fato danoso, o prejuízo e o liame entre eles (Marty e Raynaud), e outros a

¹⁸*Traité de la responsabilité civile*, Paris, 1939, v. I, n. 1, apud RODRIGUES, Sílvia, *Direito civil - responsabilidade civil*, v. 4, p. 6.

¹⁹Curso de direito civil. v. 5, p. 160.

²⁰*Op. cit.*, p. 34.

²¹Responsabilidade civil, p. 9.

²²*Op. cit.*, p. 272-273.

²³DINIZ, Maria Helena, *Curso de Direito Civil*, p. 35.

culpa e a imputabilidade (Savatier), e ainda, o fato danoso, o dano e a antijuridicidade ou culpabilidade (Trabucchi)²⁴, ficamos com aqueles que aceitam como pressupostos: (a) a existência de uma ação, comissiva ou omissiva; (b) ocorrência de um dano moral ou patrimonial; e (c) a existência de um nexo causal entre o dano e a ação que o produziu.²⁵ Estes, na verdade, os três elementos, apresentados pela doutrina francesa como sendo os pressupostos da responsabilidade civil subjetiva, e que podem ser claramente identificados no art. 159, do Código Civil.²⁶

De fato, o art. 159, do Código Civil, traz a regra por todos consagrada, no sentido de que o causador do dano a outrem é obrigado a repará-lo. Estabelece o aludido artigo:

"Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência, ou imprudência, violar direito, ou causar prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano".

Vê-se, pois, da análise desse texto, que alguém, que se conduz culposamente, e que desse seu ato venha a violar direito de outrem, causando-lhe dano, comete um ato ilícito, de onde deflui o dever de indenizar.

O nosso Código Civil, rotulou o Título VII, do Livro III, como "Das obrigações por atos ilícitos", disciplinando a matéria que se refere à responsabilidade civil, estruturada na idéia da culpa, embora adotasse, em algumas oportunidades, a teoria do risco, objetiva, da responsabilidade independente da culpa.

Passemos, agora, à análise dos pressupostos da responsabilidade civil, como os aceitamos acima.

2.1. Ação

Esse primeiro elemento constitutivo da responsabilidade civil "vem a ser o ato humano, comissivo ou omissivo, ilícito ou lícito, voluntário e objetivamente imputável, do próprio agente ou de terceiro, ou o fato de animal ou coisa inanimada, que cause dano a outrem, gerando o dever de satisfazer os direitos do lesado".²⁷

A *ação* é a maneira mais comum de exteriorizar a conduta e requer um comportamento positivo, um movimento corpóreo comissivo, como a lesão corporal causada a uma pessoa, ou a destruição de um bem de outrem.

Já a *omissão*, como forma de conduta, deve mostrar-se relevante, pois, como simples atitude negativa, nada pode gerar, se não advier prejuízo a outrem. Ou seja, do nada, nada provém. É preciso que o omitente tenha um dever jurídico de agir, de praticar um ato para impedir o resultado, dever esse que advenha da lei, ou do negócio jurídico, ou ainda de uma conduta anterior do próprio omitente, que tenha causado o risco do acontecimento, o que lhe impõe o dever de agir para impedi-lo.

²⁴*Ibidem*, p. 35.

²⁵*Ibidem*, p. 35-108;

²⁶ CAVALIERI FILHO, Sérgio, *Programa de responsabilidade civil*. p.27-28.

²⁷DINIZ, Maria Helena, *Curso...*, p. 37.

A conduta, comissiva ou omissiva, poderá ser lícita ou ilícita. A responsabilidade decorrente da conduta ilícita finca-se na idéia de culpa, e a oriunda da atitude lícita baseia-se no risco.

2.1.1. Culpa como fundamento da responsabilidade civil

É consabido que em nosso ordenamento jurídico impera a regra geral de que o ressarcimento de um dano decorrente de ato ilícito decorre da culpa.

No direito francês, o clássico "Traité", de MARCEL PLANIOL²⁸, define a culpa como "a infração de uma obrigação preexistente, de que a lei ordena a reparação quando causou um dano a outrem". Salienta mais, esse renomado autor, que a culpa é o elemento capital da responsabilidade civil, enunciando, no desenvolvimento de seu trabalho, que "incide em culpa aquele que age como não devia agir (Planiol, Ripert e Esmein, Traité Pratique de Droit Civil, vol. 6, nº 477)".

É o não menos ALVINO LIMA quem pontificou: "seria enfadonho, inútil e sem significação doutrinária, se transcrevêssemos um sem-número de definições de culpa, numa falsa demonstração de erudição, porque tudo se reduziria a uma simples transcrição do que já existe nos livros concernentes à matéria."²⁹

Depois de recolher vários ensinamentos paara a fixação da noção de culpa, assim refere-se este notável Mestre:

"Dizem Chironi e Abello que a culpa é um desvio de uma dada regra de conduta imputável à pessoa que era obrigada a obedecer-lhe. Notamos, porém, que não há na mesma definição referência ao elemento de apreciação desta conduta, que se observa na definição dos irmãos Mazeaud.

Se colocássemos, porém, na definição de Chironi e Abello este elemento de apreciação, teríamos, talvez, um conceito preciso da culpa, tal como a concebem os defensores da teoria clássica da responsabilidade baseada na imputabilidade moral.

Culpa é um erro de conduta, moralmente imputável ao agente e que não seria cometido por uma pessoa avisada, em iguais circunstâncias de fato."

Em nosso Código Civil, o grande fundamento da responsabilidade extracontratual é a culpa (embora se admita responsabilidade sem culpa, ante a insuficiência desta na cobertura de todos os danos), assentando-a, a nossa Lei Civil, em sentido amplo - o que abrange a culpa em sentido estrito (todas as formas de negligência) e o dolo, que é a culpa gravíssima, intencionalmente dirigida à consecução do fim ilícito.³⁰

²⁸Traité Élémentaire de Droit Civil, vol. II, nº 863, apud PEREIRA, Caio Mário da Silva, Responsabilidade civil, ob. cit., p. 67.

²⁹LIMA, Alvino, Culpa e risco, p. 44.

³⁰Cf. AZEVEDO, Álvaro Villaza, Curso..., p. 278.

Igualmente, e depois de mencionar criticamente várias definições, e notar que ela se descobre em dolo e culpa propriamente dita, AGUIAR DIAS traz esta noção:

"A culpa é a falta de diligência na observância da norma de conduta, isto é, o desprezo, por parte do agente, do esforço necessário para observá-la, com resultado, não objetivado, mas previsível, desde que o agente se detivesse na consideração das conseqüências eventuais da sua atitude."³¹

Assim escreveu CAIO MÁRIO:

*"...pode-se conceituar culpa como um erro de conduta, cometido pelo agente que, procedendo contra direito, causa dano a outrem, sem a intenção de prejudicar, e sem a consciência de que seu comportamento poderia causá-lo."*³²

Agir com culpa, segundo CARLOS ROBERTO GONÇALVES, amparado nas lições de Antunes Varela (Das obrigações em geral, 4ª ed., Coimbra, 1982, v. 1):

*"significa atuar o agente em termos de, pessoalmente, merecer a censura ou reprovação do Direito. E o agente só pode ser pessoalmente censurado, ou reprovado na sua conduta, quando, em face das circunstâncias concretas da situação, caiba afirmar que ele podia e devia ter agido de outro modo."*³³

Em arremate, entendemos que MARIA HELENA DINIZ traz lição, cuja transcrição é imprescindível para a definição de culpa:

*"René Savatier, de modo lapidar, define-a como a inexecução de dever que o agente podia conhecer e observar. Pressupõe, portanto, um dever violado (elemento objetivo) e a imputabilidade do agente (elemento subjetivo). A imputabilidade abrange a possibilidade, para o agente, de conhecer e de observar o dever, pois para que alguém pratique ato ilícito e responda pela reparação do dano que causou será necessário que tenha capacidade de discernimento, de modo que aquele que não puder ter vontade própria ou for desprovido de entendimento não incorrerá em culpa, por ter inidoneidade para praticar ato ilícito".*³⁴

2.2. Dano

ALFREDO ORGAZ, depois de classificar o dano como o primeiro elemento da responsabilidade, fala de seu duplo sentido, amplo e restrito, definindo este último da seguinte forma:

"Porém o Código de dano, relativamente à responsabilidade civil,

³¹Da responsabilidade civil, v. 1, p. 127.

³²Responsabilidade civil, p. 69.

³³Responsabilidade civil, doutrina - jurisprudência. p. 131.

³⁴Curso de Direito Civil Brasileiro, p. 40-41.

uma significação mais precisa e limitada: significa a diminuição de valores econômicos e patrimoniais, em certas condições (dano material, art. 1068), ou, assim, em hipóteses particulares, a lesão da honra e das afeições legítimas (dano moral, art. 1078). Somente neste sentido especial e estrito deve entender-se o princípio antes assinalado de que não há ato ilícito punível, e os efeitos da responsabilidade civil, sem dano causado (art. 1067)." (tradução livre do autor).³⁵

Esse renomado mestre refere-se que os tribunais Argentinos têm declarado repetidamente, tanto na responsabilidade contratual como na extracontratual, que para que haja condenação não basta haver a violação do contrato ou da lei, se não se prova a existência de um dano certo. Diz, ainda, que a jurisprudência francesa, em casos da falta de danos materiais ou morais, tem condenado as vezes ao pagamento de uma indenização simbólica (um franco). Conclui que essas decisões não são compatíveis com o sistema francês ou o Argentino.³⁶

Para AGOSTINHO ALVIM, o termo *dano*, em sentido amplo, significa a lesão a qualquer bem jurídico, incluindo o dano moral. E, em sentido restrito, seria a lesão do patrimônio, considerado este como o conjunto das relações jurídicas de uma pessoa, apreciáveis em dinheiro.³⁷

Em seu *Código Civil Brasileiro Interpretado*, J. M. DE CARVALHO SANTOS escreveu que "dano é a privação ou obstáculo à satisfação de interesse ou, mais completamente: dano juridicamente ilícito é provação ou obstáculo à satisfação do interesse alheio, com violação de uma norma jurídica (FROSALI, *apud* V. Azevedo, *obr. cit.*, n. 66)."³⁸

Dano, para CLÓVIS BEVILAQUA, "é, em sentido amplo, toda diminuição, nos bens jurídicos da pessoa. Se recai essa diminuição diretamente sobre o patrimônio, o dano é patrimonial; se fere o lado íntimo da personalidade, é moral".³⁹

ROBERTO DE RUGGIERO, professor da Universidade Real de Roma, assim lecionava:

"Não há delito civil se não houver dano. É indiferente que este seja no patrimônio ou em outros bens da pessoa, como os bens imateriais. Dano é sempre, e imnizável (sic), a ofensa à honra, a difa-

³⁵*El daño resarcible (actos ilícitos)*. p. 39. Texto no original: "Pero el Código da al daño, relativamente a la responsabilidad civil, una significación más precisa y limitada: significa el menoscabo de valores económicos o patrimoniales, en ciertas condiciones (daño material, art. 1068), o bien, en hipótesis particulares, la lesión al honor o a las afecciones legítimas (daño moral, art. 1078). Sólo en este sentido especial y estricto debe entenderse el principio antes señalado de que no hay acto ilícito punible, a los efectos de la responsabilidad civil, sin daño causado (art. 1067)."

³⁶*Ibidem*, nota 2, p. 39

³⁷Da inexecução das obrigações e suas consequências. p. 172.

³⁸v. XX, p. 299.

³⁹Código Civil dos Estados Unidos do Brasil. v. 4, p. 214-215.

*mação, a injúria, porque basta a perturbação feita pelo acto ilícito nas relações psíquicas, na tranqüilidade, nos sentimentos, nos afectos de uma pessoa, para produzir uma diminuição no gozo do respectivo direito".*⁴⁰

Empregando a palavra *prejuízo* como sinônimo de *dano*, JOSÉ XAVIER CARVALHO DE MENDONÇA diz que este "é qualquer diminuição no patrimônio do ofendido, em virtude de deterioração, depreciação ou destruição, ou, ainda, em razão de ser o ofendido privado de qualquer lucro ou vantagem".⁴¹

Em nosso ver, o conceito de MARIA HELENA DINIZ é o que melhor expressa o significado de dano: "o dano pode ser definido como a lesão (diminuição ou destruição) que, devido a um certo evento, sofre uma pessoa, contra sua vontade, em qualquer bem ou interesse jurídico, patrimonial ou moral".⁴²

2.3. Nexo de causalidade

É cediço que para haver responsabilidade civil, além dos dois pressupostos anteriores, é mister que haja o liame de causalidade.

De fato, para que alguém seja compelido a indenizar, é preciso que entre o ato causador e o prejuízo (dano) experimentado haja um liame, um nexos, uma conexão causal. Aliás, é o próprio texto do art. 159, do Código Civil, que assim o exige: "aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito, ou *causar* prejuízo a outrem, fica obrigado a reparar o dano." (grifo nosso).

No entender de ALVINO LIMA⁴³, é pressuposto essencial da responsabilidade subjetiva pelo ressarcimento de danos que entre estes e o ato tido como culposos exista relação de causalidade. E é mister que assim ocorra, pois que afastando-se o resultado danoso da ação do agente, não se pode filiar o resultado a tal ação.⁴⁴

Assim, é fundamental a existência desse terceiro pressuposto, para que se possa falar em responsabilidade civil.

⁴⁰Instituições de direito civil. São Paulo: Saraiva, 1937, v. III, p. 420.

⁴¹Tratado de direito comercial brasileiro. v. VI, p. 493.

⁴²Curso de direito civil brasileiro, p. 58. Esclarece a autora que esse conceito é baseado em Lúcio Bove (*Danno, in Novissimo Digesto Italiano*, v. 5, p. 144), para quem o termo "dano" revela, em si, dispêndio, perda, depauperamento calcado na raiz "da", proveniente do antigo participio de "dare", indicando uma certa abdicção infligida.

⁴³Culpa e Risco, p. 44.

⁴⁴No mesmo sentido, cf. RT-466:69.

CAPÍTULO 2

DA RESPONSABILIDADE CIVIL NA LEI DE IMPRENSA

*Quando a sós, vigiemos nossos pensamentos;
em família, nosso gênio;
em sociedade, nossa língua.*

Germaine de Staël, Madame de Staël (1766-1817),
escritora franco-suíça.

O desenvolvimento tecnológico tem causado certa perplexidade ao mundo, especialmente em nossa área jurídica, que se vê circundada por um sem número de novos inventos, de novas técnicas, de novas artes, enfim, fazendo com que o Direito cumpra o sacrificante trabalho de entender essas modificações e regrá-las, para que se obtenha a tão almejada paz social e se garanta a cada um o que é seu.

Na Idade Média, era inviável qualquer comunicação entre a América e a Ásia. A carta de Cristóvão Colombo encaminhada para Isabel de Castela, quando do descobrimento do novo continente, demorou cerca de três meses para ser recebida. Alguns séculos após, Lincoln foi assassinado, já em meados do século XIX, e as notícias do seu assassinato cruzaram o Atlântico em treze dias, como nos ensina PINTO FERREIRA.⁴⁵

Nos meios de comunicação, especialmente nos de massa, é vertiginoso o desenvolvimento desde Gutenberg. A um simples toque de botão, o outro lado do mundo, em tempo real, tem conhecimento do que se passa por estas bandas. É lapidar a frase que diz: "O homem ao mesmo tempo tornou-se artífice e refém do mundo da informação".

Como bem lembra VIDAL SERRANO:

"E nessa seara, a grande tarefa dos elaboradores e dos intérpretes da lei consiste em observar os direitos de liberdade aqui tratados como instrumentos de resguardo da opinião pública e de denúncia de desmandos.

*A utilização desses meios de comunicação também não podem ser deixada ao arbítrio dos seus proprietários, para que deles possam fazer uso sem qualquer critério, ofendendo a dignidade pessoal, barganhando a veiculação de informações e, longe de servirem de garantia à formação de uma opinião pública independente, coloquem-se como instrumentos de grupamentos políticos e econômicos."*⁴⁶

⁴⁵Comentários à Constituição brasileira, p. 213

⁴⁶A proteção constitucional da informação e o direito à crítica jornalística, p. 10-11.

Lembra ainda que o direito à liberdade de informação tem duas faces: "uma, de defesa da imprensa contra o Estado e, outra, de defesa do cidadão contra os veículos de informação."

A Constituição Federal, em seu art. 220, garante a livre expressão do pensamento, princípio que já é assegurado em seu art. 5º, IX, além de proteger a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo de comunicação, não permitindo que sofram quaisquer restrições, salvo o disposto na Constituição. Segundo nos ensina CELSO RIBEIRO BASTOS⁴⁷, "assim, fica firmado o princípio geral da plena liberdade; nada obstante, fica vedado o anonimato. É assegurado o direito de resposta, além da indenização por dano material, moral ou à imagem. Ainda, é inviolável a intimidade, a vida privada e a honra das pessoas".

A atual Lei de Imprensa, de nº 5.250, de 9 de fevereiro de 1967, contém 77 artigos, distribuídos em 7 Capítulos. Dentre estes, o de número VI cuida exatamente "Da Responsabilidade Civil" (arts. 49 a 57), sobre o qual nos deteremos um pouco mais, trazendo algumas anotações aos artigos deste que o compõem.

Pois bem, comecemos transcrevendo o art. 49:

"Art. 49. Aquele que no exercício da liberdade de manifestação de pensamento e de informação, com dolo ou culpa, viola direito, ou causa prejuízo a outrem fica obrigado a reparar:

I - os danos morais e materiais, nos casos previstos no art. 16, II e IV, no art. 18, e de calúnia, difamação ou injúria;

II - os danos materiais nos demais casos.

§ 1.º Nos casos de calúnia e difamação, a prova da verdade, desde que admissível na forma dos arts. 20 e 21, excepcionadas no prazo da contestação, excluirá a responsabilidade civil, salvo se o fato imputado, embora verdadeiro, diz respeito à vida privada do ofendido e a divulgação não foi motivada em razão de interesse público.

§ 2.º Se a violação de direito ou o prejuízo ocorre mediante publicação ou transmissão em jornal, periódico ou serviço de radiodifusão, ou de agência noticiosa, responde pela reparação do dano a pessoa natural ou jurídica que explora o meio de informação ou divulgação (art. 50).

§ 3.º Se a violação ocorre mediante publicação de impresso não periódico responde pela reparação do dano:

a) O autor do escrito, se nele indicado; ou

b) a pessoa natural ou jurídica que explora a oficina impressora, se do impresso não consta o nome do autor."

1. DA RESPONSABILIDADE

É cediço que a *responsabilidade* consiste, como já pudemos observar no iní-

⁴⁷Curso de direito constitucional, p. 485.

cio deste trabalho, na obrigação que tem cada um de responder pelos atos que pratica ou ainda pelos praticados por outros que dele dependem, de alguma maneira. Pressupõe, sem dúvida, capacidade de entendimento ético-jurídico e determinado estado de consciência na manifestação dessa vontade.

Responsável, portanto, é o que responde pela obrigação assumida.

Verificando o termo, em sua excelente monografia a respeito da responsabilidade civil, assim se manifesta Aguiar Dias, com apoio em G. Marton: "A responsabilidade não é fenômeno exclusivo da vida jurídica, antes se liga a todos os domínios da vida social".⁴⁸

Em tema de responsabilidade civil, segundo alguns autores, dentre eles DARCY ARRUDA MIRANDA, entendem que "na liquidação das obrigações resultantes de atos ilícitos, o nosso direito civil anterior era mais justo talvez, por ser compreensível e genérica a norma fixada, deixando larga margem ao arbítrio do juiz na reparação do dano, ao contrário da orientação do atual direito codificado, cujo casuismo gera desequilíbrios na ressarcibilidade do dano, restringindo-a a casos típicos, limitativos da indenização".⁴⁹ Continua dito autor:

"Na presente Lei de Imprensa, o legislador partiu do mesmo pressuposto, estabelecendo graus e limites ao ressarcimento. Censurável, pois, o seu casuismo, que estabelece tarifas absolutamente inadequadas à extensão da responsabilidade, muito embora, acomode, justificadamente, no campus da indenização, o dano moral, dilatando um pouco mais o arbítrio judicial".

Entretanto, diverge diametralmente o saudoso FREITAS NOBRE⁵⁰, que afirmou ignorar, na vigência da lei anterior, qualquer processo, que tenha surtido efeito em condenar as perdas e danos apurados.

E mais: afirma que a nova lei é precisa quanto à reparação civil dos danos, morais e materiais, abrangendo não apenas a imprensa, mas, também, o rádio, a televisão, as agências noticiosas, e, no seu entender, numa interpretação extensiva, a toda e qualquer empresa de informação.

A posição de Darcy de Arruda Miranda está coerente com a tendência do Projeto de Código Civil de 1975, já aprovado pelo Senado Federal, conforme se extrai dos arts. 946 e seguintes, conquanto, particularmente, entendamos que caibam críticas ao alarguemento exagerado do arbítrio do juiz para a fixação da reparação do dano, como, aliás, já temia Clóvis Beviláqua.

A Constituição Federal de 1988, de fato, assegura a indenização do dano moral, pela violação da vida privada, a honra e a imagem das pessoas (art. 5.º, X).

⁴⁸*Les fondements de la responsabilité civile*. Paris: 1938, nº 97, p. 304. *Apud* DIAS, Aguiar, *Da Responsabilidade Civil*, p. 2.

⁴⁹Comentários à Lei de Imprensa, p. 718.

⁵⁰Lei da informação. p. 302.

Nesse sentido, a atual lei de imprensa andou bem, colocando o ilícito moral ao lado do ilícito civil, para efeito de reparação do dano.

O dispositivo em foco também exige dolo ou culpa na tipificação do ilícito civil.

NÉLSON HUNGRIA observa que o dolo é a mais grave forma de culpabilidade e que

*"o nosso legislador de 40, ao fixar a noção de dolo, não se ateve à chamada teoria da representação (para a existência do dolo, basta a representação subjetiva ou previsão do resultado como certo ou provável), que, aliás, na sua pureza, está inteiramente desacreditada; e, com todo o acerto, preferiu a teoria da vontade (dolo é a vontade dirigida ao resultado), completada pela teoria do consentimento (é também dolo a vontade que, embora não dirigida ao resultado previsto como provável, consente no advento deste ou, o que vem a ser o mesmo, assume o risco de produzi-lo). Dolo é, ao mesmo tempo, representação e vontade."*⁵¹

E continua Hungria, referindo-se à culpa (*stricto sensu*):

"Dizendo-se que a culpa consiste em imprudência, negligência ou imperícia como causa do resultado, emite-se um conceito singelo, acessível ao entendimento vulgar, e não excludente dos casos em que o acento tônico da culpa incide, não no erro sobre a causalidade da ação (ou omissão), mas no erro que faz supor-se autorizado a produzir o resultado.

O limite inferior, o mínimo necessário da culpa (e, portanto, da culpabilidade em geral) é a previsibilidade do resultado. Esta é a linha de fronteira, além da qual começa o império das forças cegas e incalculáveis, a órbita do caso fortuito, e nullum crimen est in casu. A species primária e mais freqüente da culpa é a culpa inconsciente ou sem previsão (culpa ex ignorantia): o agente deixa de prever o resultado, que, entretanto, segundo a lição da experiência comum, podia prever. Mas há também simples culpa (e não dolo) quando o agente: a) tendo previsto a possibilidade do resultado, não o quis, nem aceitou o risco de produzi-lo, esperando inconscientemente que não ocorresse ou repelindo a idéia do seu possível advento; além de ter previsto, também, quis o resultado, mas sem reconhecer previamente, por inescusável erro de fato, a sua injuridicidade. Na primeira dessas variantes, dá-se a culpa consciente ou com previsão (culpa ex lascivia); na segunda, a culpa

⁵¹Comentários ao Código Penal. v. I, t. II, p. 114.

por extensão ou por assimilação. Sob o ponto de vista da censurabilidade, todas as modalidades de culpa se equivalem, não se podendo distingui-las, pelo menos aprioristicamente para diverso tratamento penal: tanto faz prever o resultado previsível quanto prevê-lo, mas confiando levianamente em que não sobrevirá, ou mesmo querê-lo, mas supondo-o, por precipitada e errônea apreciação das circunstâncias, não contrário ao direito. Há em todas essas hipóteses uma predominante nota comum: omissão do dever de precaução ou diligência, a que se está adstrito, na medida ordinária, para não ocasionar a lesão de bens ou interesses alheios. No crime doloso, o resultado antijurídico é conscientemente querido; no crime culposo, o resultado antijurídico não é jamais querido, ou não é querido como tal, mas o agente deixa de abster-se da ação (ou omissão) que, se tivesse procedido com a atenção ou cautela exigível do homo medius, teria reconhecido como condutcente ao evento contrário ao direito".

Quando se refere o artigo 49, da Lei de Imprensa, à violação do direito, é de se entender como a transgressão da norma de direito que tutela os interesses do cidadão, podendo causar ou não prejuízo a ele.

Qualquer prejuízo causado à incolumidade física ou moral, advindo do abuso no exercício da liberdade da manifestação do pensamento e de informação, deverá ser reparado.

O dano moral, que na anterior Lei de Imprensa⁵² não era previsto (embora fosse sustentável a aplicação do art. 1.547, do Código Civil), foi uma inovação trazida pelo legislador no texto de 1967, e hoje está consagrado em nível constitucional (art. 5º, X, da Constituição de 1988).

Os ensinamentos de DARCY ARRUDA MIRANDA⁵³ registram que o saudoso Ministro do STF, Filadelfo Azevedo, preconizador do ressarcimento do dano moral, mormente no que toca ao direito autoral, aponta a opinião do eminente Clóvis Beviláqua o qual, respondendo "ligeiramente" a Sá Pereira, no Jornal do Comércio, de 11 de abril de 1926, mas comentando, antes decisão do STF, assentou a seguinte teoria, como derivada do sistema do Código:

"I - todo dano é indenizável;

II - para a reparação do dano moral há a ação adequada;

III - o dano moral nem sempre é ressarcível; para evitar abusos foi excluído nos casos de morte e lesões corporais não deformantes;

⁵²Lei nº 2.083, de 12 de novembro de 1953.

⁵³Op. cit., p. 722-723.

IV - atendido foi, porém, em outros casos;

V - prevalece nos casos não especificados, remetidos para o art. 1.553, que abrange qualquer modalidade de dano.

Enfim, a regra é a reparação do dano moral, salvo as exceções" (Revista de Crítica Judiciária, 1/756)".

E mais adiante salienta:

"Sempre, por análise minuciosa, se há de encontrar reflexo no patrimônio, que, em caso de prova difícil ou impossível, o prudente e equânime arbítrio do juiz pode apreciar, sob pena de injustamente favorecer o autor do dano, em detrimento do que o sofreu.

...

A dificuldade de apuração do dano moral não pode bastar para excluí-lo, porque também o dano material é de difícil medida e, no entanto, a lei, como em matéria de acidente de trabalho, chega a tarifar o preço de um olho, de um dedo ou de uma perna.

A ofensa à reputação do autor e à paternidade intelectual é digna de toda a proteção".

Comentando o artigo, 1547, do Código Civil, ensina J.M. CARVALHO SANTOS:

"A lei de imprensa (decr. n. 4.743, de 31 de outubro de 1923), no seu art. 19, revogou, em parte, a regra do art. 1.547 do Código Civil, nêstes termos: "As multas pertencem ao ofendido, se êste fôr particular, ou à União, Estado ou Município, se fôr funcionário em razão do ofício, ou corporação que exerça autoridade pública, modificada, assim, a norma adotada pelo art. 1547 e seu parágrafo único do Código Civil".⁵⁴

CLÓVIS BEVILÁQUA, citado por Darcy Arruda Miranda⁵⁵, pontifica:

"Este artigo, que fora modificado pela Lei 4.743, de 31 de outubro de 1923 (Lei de Imprensa), art. 19, parágrafo único, acha-se restabelecido pelo Dec. 24.776, de 14 de julho de 1934, art. 24, que no seu parágrafo único, ressalva ao ofendido, a quem pertencem as somas das multas, na ação penal, o direito de haver, no cível, a competente indenização, nos termos do art. 1.547 do Código Civil".

E continua:

"Se da injúria ou da calúnia, que são ofensas morais, resultar dano material, se os interesses econômicos do ofendido forem atingidos pelo efeito deprimente da injúria ou calúnia, o ofendido será obrigado a reparar o prejuízo material, que a sua maledicência produzir. Se, porém, o ofendido não puder justificar o prejuízo pa-

⁵⁴SANTOS, J. M. Carvalho, *Código Civil brasileiro interpretado*, v. XXI, p. 352.

⁵⁵Ob. cit., p. 722-723.

trimonial, manda o parágrafo único, subsidiariamente, indenizar o prejuízo moral, que fixa no dobro da multa no grau máximo da pena criminal respectiva. A necessidade de fugir ao arbitrio levou o Código a adotar um sistema de reparação do dano moral, nos casos de injúria ou calúnia, que poderá muitas vezes, não corresponder à intensidade do mal. Atendeu-se, porém, ao sábio preceito referido no oitavo aforismo de Bacon optima esse legem quae minimum relinquit arbitrio judicis (ótima é a lei que deixa um mínimo para o arbítrio do juiz)".

Dessa forma, ficava admitido o ressarcimento do dano moral, nos crimes contra a honra previstos na Lei de Imprensa, e na conformidade do que dispõe o parágrafo único do art. 1.547 do Código Civil.

É verdade que perante o nosso direito, somente os danos ocasionados a honra individual, catalogados como calúnia, difamação e injúria, é que podiam ser ressarcidos na forma do art. 1.547 do Código Civil.

A atual Lei de Imprensa, de maneira expressa, arrolou o dano moral, indicando os casos de incidência legal.

2. DOLO OU CULPA

O nosso legislador houve por bem em especificar as hipóteses em que, havendo dolo ou culpa, autoriza o pedido judicial de ressarcimento do dano material e/ou moral: 1º) quando a divulgação provoque desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito de instituição financeira ou de qualquer empresa, pessoa física ou jurídica (art. 16, II); 2º) quando a publicação ou emissão provoque sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro (art. 16, IV); 3º) na extorsão; 4º) na calúnia; 5º) na difamação; 6º) na injúria. E, nos demais casos, somente se poderia reclamar os danos materiais.

3. A EXCEÇÃO DA VERDADE

Cumpramos também referir-nos à exceção da verdade, nos crimes contra a honra. Esta não pode ser argüida nem provada, ainda que o fato seja verdadeiro, no processo cível, se o mesmo se refere à vida particular do ofendido e se a divulgação não apresenta um evidente interesse público.⁵⁶

Excluiu, também o legislador, da reparação civil do dano, os casos em que, nos crimes de calúnia e difamação se admite a prova da verdade (arts. 20, § 1.º (sic), e 21, § 1.º)⁵⁷, desde que a exceção seja oposta no *prazo da contestação*.⁵⁸

⁵⁶NOBRE, Freitas, *Op. cit.*, p. 305.

⁵⁷O correto é art. 20, § 2º e não § 1º.

⁵⁸MIRANDA, Darcy Arruda, *op. cit.*, p. 727.

A vida privada do ofendido somente a ele interessa. Assim, se o fato revelado não tiver interesse para a coletividade, ou melhor, se a divulgação não foi motivada em razão de interesse público, a responsabilidade civil se impõe, caso contrário, a excludente é mantida.⁵⁹

Assim, nos casos em que é permitida, a *exceptio veritatis*, evidentemente provada a verdade, possibilita a exclusão da responsabilidade civil.

4. DO RESPONSÁVEL

No que concerne ao responsável civil, é ele o proprietário, o explorador do meio de informação, seja rádio, jornal, revista, televisão, agência telegráfica, dentro das limitações impostas pelos arts. 51 e seguintes.

Deve-se apontar que não somente o condenado por delitos de imprensa fica obrigado a reparar os danos. Assim também deverá fazê-lo todo aquele que, por erro, leviandade ou boa-fé ofendeu a honra de alguém, através do mesmo veículo.

5. DA DECADÊNCIA

O prazo decadencial (art. 56) para a propositura da ação judicial ressarcitória é de três meses, contados da data da publicação ou transmissão que lhe deu causa, podendo ser proposta separadamente da ação por danos materiais.

Entretanto, em se tratando de dano moral, tem entendido a jurisprudência que incorre o prazo decadencial do art. 56, eis que essa espécie de dano é protegida pelo artigo 5º, incisos V e X, da Constituição Federal.⁶⁰ Isto é, o dano moral recebeu da CF/88 um tratamento próprio, que afasta esse limite temporal da lei especial. A regra constitucional protege amplamente os direitos subjetivos privados e não poderia ser mesmo limitada pela lei especial anterior, ou, ainda, admitir-se que a norma constitucional autorizasse um tratamento discriminatório.

6. FORO COMPETENTE PARA A AÇÃO CÍVEL

A disciplina sobre a competência do foro para a ação civil está prevista no art. 100, V, "a" e parágrafo único, do Código de Processo Civil, e impõe que a mesma seja proposta no foro do domicílio ou, na falta, no da residência do responsável.⁶¹

7. AÇÃO CÍVEL E AÇÃO CRIMINAL

De outra parte, ainda quando não tenha sido proposta a ação criminal por

⁵⁹*Ibidem*.

⁶⁰TJSP - 9ª Câmara de Direito Privado; Al nº 26.539-4; Rel. Des. Franciulli Netto; j. 04.02.1997; v.u. (JTJ 196/229).

⁶¹Vide art. 63 a 68, do Código de Processo Penal.

delito de imprensa, aquele que foi, por meio desta, ofendido em sua honra, poderá, no juízo cível, demandar por perdas e danos (V. art. 5.º, ns. X e XXXV da CF/88).

No mesmo sentido é o entendimento de FROLA, que pondera:

*"Pode suceder que o ofendido - por sua parte - nos delitos apenas procedentes por querela de parte, entenda não dever intentar a ação penal muitas vezes rumorosa e de conseqüências graves para a própria pessoa a quem foi feita a injúria - e que julgue suficiente defesa de sua honra propor apenas ação por dano, em juízo meramente cível. E pode também suceder que, decorrida a breve prescrição da ação penal estabelecida pela lei para os ataques à honra, o ofendido queira recorrer à via cível para a reparação de danos".*⁶²

E continua :

"Parece-nos - continua - fora de contestação semelhante direito. Quando o fato que constitui delito não obriga o Ministério Público a agir, entra na esfera de processamento deixada ao dispor da parte, tomada árbitra para requerer a punição do ofensor, ou esquecer a ofensa: mas pode apresentar-se também outra solução - a de dirigir-se unicamente ao magistrado cível só para demanda por danos: nem as leis cíveis, na sua largueza em prestar proteção aos direitos dos cidadãos, recusam o seu poder, no caso em questão".

Conclui então que:

"Em matéria penal, a regra é a proibição da prova - para evitar que o ofendido seja, contra a sua vontade, exposto no pelourinho da prova do fato - podendo dela derivar grave dano pelas tentativas do acusado de fugir à pena; mas se o ofendido prefere propor a ação de danos em causa cível, está isento de todas as regras da lei penal, e as regras comuns do juízo cível devem ser aplicadas integralmente".

A responsabilidade civil, em nosso Código (art. 1.525), é independente da criminal. A primeira agasalha os interesses de ordem privada, enquanto que esta os de ordem pública. Assim também segue a atual Lei de Imprensa (art. 56, parágrafo único).

Ainda que o ofensor seja criminalmente irresponsável, ensina-nos DARCY ARRUDA MIRANDA, "pode ser obrigado à reparação do dano, como pode ser civilmente responsável e não responder pelo mesmo fato no crime, quando este não for catalogado como tal. Aliás, o art. 67 do Código do Processo Penal esclarece ainda que "não impedirão igualmente a propositura da ação civil: I - o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação; II - a decisão que julgar extinta a

⁶²FROLA, J. P., *Das injúrias e difamações*, trad. De Souza Costa, Lisboa, 1912-1913, v. 1º, p. 389, *apud* MIRANDA, Darcy Arruda, *op. cit.*, p. 730.

punibilidade; III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime".⁶³

8. DO DIREITO DE REGRESSO

O artigo 50, da Lei de Imprensa assim dispõe :

"Art. 50. A empresa que explora o meio de informação ou divulgação terá ação regressiva para haver do autor do escrito, transmissão ou notícia, ou do responsável por sua divulgação, a indenização que pagar em virtude da responsabilidade prevista nesta lei."

É instituído por esse dispositivo o chamado direito de regresso. Nos termos do art. 49, § 2.º, *in fine*, quem responde civilmente pela reparação do dano, quer moral, quer material, ou ambos, é a empresa, ou pessoa natural, que fez divulgar. Entretanto, ressarcindo o prejuízo causado, nasce para esta o direito a uma ação regressiva contra o autor do escrito, transmissão ou notícia, ou do responsável por sua divulgação, para haver a quantia que foi obrigada a desembolsar, com a limitação prevista no art. 52.

9. LIMITES DA RESPONSABILIDADE

Na sentença que condenar a empresa, o juiz estará adstrito às limitações previstas nos artigos 51 e 52, bem como no art. 53, em caso de dano moral.

De fato, assim vem redigido o primeiro destes dispositivos norteadores do *quantum*:

"Art. 51. A responsabilidade civil do jornalista profissional que concorre para o dano por negligência, imperícia ou imprudência, é limitada, em cada escrito, transmissão ou notícia.

I - a 2 salários mínimos da região, no caso de publicação ou transmissão de notícia falsa, ou divulgação de fato verdadeiro truncado ou deturpado (art. 16, II e IV);

II - a 5 salários mínimos da região, nos casos de publicação ou transmissão que ofenda a dignidade ou decoro de alguém;

III - a 10 salários mínimos da região, nos casos de imputação de fato ofensivo à reputação de alguém;

IV - a 20 salários mínimos da região, nos casos de a falsa imputação de crime a alguém, ou de imputação de crime verdadeiro, nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade (art. 49, § 1.º).

Parágrafo único. Consideram-se jornalistas profissionais, para os efeitos deste artigo:

⁶³*Ibidem*, p. 730.

- a) os jornalistas que mantêm relações de emprego com a empresa que explora o meio de informação ou divulgação ou que produz programas de radiodifusão;
- b) os que, embora sem relação de emprego, produzem regularmente artigos ou programas publicados ou transmitidos;
- c) o redator, o diretor ou redator-chefe do jornal ou periódico; o editor ou produtor de programa e o diretor referido na letra "b", III, do art. 9.º, do permissionário ou concessionário de serviço de radiodifusão; e o gerente e o diretor da agência noticiosa."

No entanto, em se tratando de fato praticado maliciosamente, de forma insidiosa, por interesses mesquinhos, a jurisprudência caminha no sentido de excluir a limitação da lei. O Superior Tribunal de Justiça, em acórdão relatado pelo Min. Carlos A. Menezes Direito, entendeu que "o valor da indenização deve moldar-se pelo prudente arbítrio do juiz, adotada a técnica do *quantum* fixo." ⁶⁴

10. CONCEITO DE JORNALISTA

O que se deve entender por jornalista para o efeito de responsabilidade civil? ⁶⁵

Segundo nos ensina FREITAS NOBRE, na sua citada obra, "o conceito de jornalista para efeito de responsabilidade civil é bem mais amplo que aquele adotado para a apuração da responsabilidade penal, ou ainda, as regalias fiscais, tendo em vista, em vários países, determinados privilégios de que gozam os profissionais do jornal, do rádio, da televisão, das agências de notícias." ⁶⁶

E prossegue em seus ensinamentos, cuja transcrição, aqui, em nosso ver, é imprescindível, pela riqueza da abordagem:

"jornalista deve ser considerado aquele que comprovar o exercício dessa profissão, de acordo com a lei vigente", segundo decidiu a Terceira Câmara Cível do Tribunal de Alçada de São Paulo (R. ex officio, 58.223, da Capital, RT, 358: 402-3).

O entendimento geral é o de que jornalista profissional é aquele que exerce uma atividade jornalística remunerada num meio qualquer de informação (jornal, revista, rádio, televisão, agência noticiosa), devendo esse órgão ter vida regular, isto é, periodicidade nas suas edições ou habitualidade nas emissões ou na distribuição de notícias.

⁶⁴STJ - 3ª T.; Rec. Esp. nº 52.842-RJ; DJU 27.10.1997 (RJ 242/91).

⁶⁵O art. 1º, § 1º, do Decreto-Lei nº 910, de 30/11/1938, já dispunha: "Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até a redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho."

⁶⁶P. 307.

Mas, para efeito civil, mesmo o que não mantenha relação empregatícia pode ser considerado jornalista.

Há um registro profissional de jornalista, feito no serviço especial de expedição de carteiras do Ministério do Trabalho, com número identificador da inscrição.

Embora date quase trinta anos este serviço de identificação profissional dos jornalistas, ainda há profissionais que não possuem tal registro e aos quais não se pode, absolutamente, negar a condição do exercício da atividade específica.

A designação de jornalistas aos que exercem atividades correlatas nos outros meios de informação, além do jornal, levou a jurisprudência a adotar por extensão as mesmas leis e dispositivos com relação aos radialistas e aos profissionais da televisão e das agências informativas que trabalham a notícia ou fazem o comentário, ou mesmo os que produzem determinados programas, cujos abusos são alcançados pela Lei da Informação, tanto no aspecto penal quanto no civil.

A Lei francesa de 29 de março de 1935, que fixou a definição clássica de quem é jornalista profissional, acabou por incorporar a definição ao Código do Trabalho da França (art. 29-B), estendendo a designação aos que exercem sua atividade no rádio e na televisão, concedendo-lhes, também uma carta de identidade de jornalista. Uma diferença, porém, se verifica de imediato na definição francesa e naquela que tem sido adotada pela jurisprudência brasileira: é que, na França, para que se caracterize a condição de jornalista é indispensável que o profissional retire dessa atividade a maior parte dos seus rendimentos.

No Brasil, onde os profissionais da imprensa, do rádio, da televisão, das agências noticiosas percebem salários baixíssimos, em geral, se esse critério restritivo fosse adotado, poucos seriam os jornalistas profissionais...

Em certos países, o jornalista chega a ser até mesmo o legislador, como na República Equatoriana, onde o art. 26 da Constituição dispõe que a função legislativa se exerce pelo Congresso Nacional, composto de duas Câmaras (de Senadores e de deputados), sendo que no Senado, um dos representantes é eleito pelos jornalistas e pelas Academias e Sociedades Científicas e Literárias. Este representante dos jornalistas senta-se na alta Câmara, ao lado dos demais, escolhidos pelo eleitorado das várias Províncias de que se compõe a República.

Embora a lei autorize a empresa que explora o meio de informa-

ção a pleitear, através de ação regressiva, a indenização que houver pago ao ofendido, poucas possibilidades ela terá de atingir seu objetivo, pois a condição do autor, jornalista profissional, é, em geral, a de assalariado mal-retribuído e de reduzidas possibilidades financeiras.

Por isso mesmo, a prudência da empresa deve ser maior, já que sua responsabilidade civil não escapa ao abuso da informação e que, dificilmente, poderá recuperar os prejuízos que houver ressarcido a terceiro, ainda que apurada criminal e civilmente a responsabilidade do autor da publicação ou da emissão.

Além disso, a própria responsabilidade do jornalista profissional, no campo civil, quando para o prejuízo tenha concorrido por negligência, imperícia ou imprudência, é limitada em cada caso, a 2 salários mínimos da região quando tenha provocado desconfiança no sistema bancário ou abalo de crédito, ou, ainda, quando tenha motivado sensível perturbação na cotação das mercadorias e dos títulos imobiliários no mercado financeiro (art. 16, II e IV); a 5 salários mínimos da região, para a divulgação injuriosa; a 10 salários mínimos da região para a difamação; a 20 salários mínimos da região para a calúnia.

Quando se pode considerar que o jornalista contribuiu com negligência, imperícia ou imprudência para o prejuízo sofrido por terceiros?

A negligência, uma das facetas da culpa, pode apresentar-se pela omissão, pois que ela é circunstância negativa, culpa in omitendo. A publicação de um comunicado de uma repartição pública, por exemplo, mencionando firmas comprometidas numa fraude fiscal, porém ressaltando que quanto a uma delas as suspeitas não estão ainda apuradas, feita com a omissão negligenciosa da ressalva, pode caracterizar a culpa in omitendo, com prejuízo capaz de ser devidamente aferível.

Já a imperícia e a imprudência, como elementos caracterizadores da culpa, se revelam, a primeira com a falta de condições profissionais elementares para o exercício da profissão, e a segunda com a ausência de cuidado, zelo, precaução, atenção na coleta da notícia, na sua redação ou na sua divulgação.

A limitação da responsabilidade civil do jornalista, especificada no art. 51 e seus incisos, parágrafo e alíneas, tem um objetivo realista, pois as condições financeiras do profissional da imprensa, do rádio, da televisão, da agência noticiosa, são, em geral, muito restritas e ele dificilmente poderia suportar a obrigação de reparar

totalmente o dano a que houvesse dado causa.

Por isso mesmo, cabe à empresa cobrir o quantum do prejuízo apurado, embora também limita sua responsabilidade civil até dez vezes as importâncias fixadas para o jornalista.

A maior importância referente à responsabilidade civil do jornalista é de 20 salários mínimos da região e a da empresa é limitada a dez vezes as fixações do art. 51, mesmo que os prejuízos possam ultrapassar de muito esses limites de responsabilidade civil.

A responsabilidade civil para a empresa, todavia somente se configura se o dano resulta de ato culposo do autor do escrito, transmissão ou notícia, ou do responsável por sua divulgação, nos termos dos arts. 50 e 52.

*A responsabilidade civil do jornalista em face da divulgação caluniosa (art. 51, IV) só pode ser promovida nos casos em que a lei não admite a exceção da verdade, coordenando-se o referido artigo e inciso com o disposto no art. 49, § 1.º."*⁶⁷

Assim, a indenização varia de 2 a 20 salários mínimos por cada escrito, conforme a natureza do fato. Dentro de tais parâmetros é que o juiz, por arbitramento, fixará o valor da indenização.

11. RESPONSABILIDADE DA EMPRESA JORNALÍSTICA

O artigo 52, da Lei de Imprensa vem assim redigido:

"Art. 52. A responsabilidade civil da empresa que explora o meio de informação ou divulgação é limitada a dez vezes as importâncias referidas no artigo anterior, se resulta de ato culposo de algumas das pessoas referidas no art. 50."

Já tivemos a oportunidade de assinalar, em notas ao art. 49, da Lei de Imprensa, que a pessoa física ou jurídica, que explora o meio de informação ou divulgação, responde pela reparação do dano, com direito à ação regressiva contra o autor da ofensa.

12. LIMITAÇÃO DO QUANTUM

Esta responsabilidade, entretanto, sofre balizamentos no que tange ao *quantum* da reparação. É isso que se extrai do dispositivo em foco.

E tal limitação da responsabilidade civil da empresa, *in casu*, é de 10 vezes as importâncias referidas no artigo anterior. Ou seja, fica delimitada a 10 vezes as im-

⁶⁷*Ibidem*, p. 307-310.

portâncias a que fica obrigado o jornalista profissional, se ocorrer ato culposo do autor ou responsável.

O dispositivo refere-se às pessoas mencionadas no art. 50 da lei, que são: a) o autor do escrito, transmissão ou notícia; b) o responsável pela divulgação.

A atual Lei de Imprensa, restringindo ao juiz a larga margem de arbítrio na fixação do quantum indenizatório dos danos provocados por atos ilícitos, "partiu para o casuísmo, estabelecendo graus e limites ao ressarcimento, fixando tarifas inadequadas à extensão da responsabilidade nos crimes contra a honra, embora estendendo-a também ao dano moral, ao lado do ilícito civil, para efeito de reparação."⁶⁸

Assinala, de maneira lapidar, que "ninguém desconhece que o dano material é ressarcível e se esquece, ao passo que o dano *moral* é indelével e não se esquece, fica guardado na retentiva de quem dele tomou conhecimento".

A limitação da pena correspondente à responsabilidade do jornalista profissional em salários mínimos - segundo esse autor - "corresponde à pena de *multa* quantitativa e esta já foi abolida pela Lei 7.209/84, em seu art. 2.º, suprimindo "quaisquer referências a valores de multa", suprimindo-se (sic)⁶⁹ a expressão *multa de por multa*", simplesmente, cabendo ao juiz, em cada caso, fixar-lhe o valor, de acordo com o padrão do art. 53.⁷⁰

Além do mais - arremata - "a Constituição Federal de 1988, acabou com as limitações de tempo e valor para as ações de reparação de danos *materiais e morais*, ao dispor, em seu art. 5.º, X: "São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito de *indenização pelo dano material ou moral* decorrente de sua *violação*".⁷¹

13. REPARAÇÃO DO DANO MORAL

Vejamos agora o que estatui o art. 53, da Lei de Imprensa:

"Art. 53. No arbitramento da indenização em reparação do dano moral, o juiz terá em conta notadamente:

I - a intensidade do sofrimento do ofendido, a gravidade, a natureza e repercussão da ofensa e a posição social e política do ofendido;
II - a intensidade do dolo ou o grau da culpa do responsável, sua situação econômica e sua condenação anterior em ação criminal ou cível fundada em abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação;

⁶⁸MIRANDA, Darcy Arruda, *Comentários...*, p. 734.

⁶⁹O correto seria "substituindo-se".

⁷⁰A Lei nº 7.209, de 11 de julho de 1984, e que modificou a parte geral do Código Penal (arts. 1.º a 120), revalorizou a pena de multa, cuja força retributiva se tornou ineficaz no Brasil, dada a desvalorização das quantias estabelecidas na legislação então vigente.

⁷¹*Ibidem*.

III - a retratação espontânea e cabal, antes da propositura da ação penal ou cível, a publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação, nos prazos previstos na lei e independentemente de intervenção judicial, e a extensão da reparação por esse meio obtida pelo ofendido."

Quando se trata de dano material, existe uma certa facilidade na apuração do seu *quantum*. Entretanto, quando se cuida de dano moral, a sua fixação é mediante estimativa do Juiz, que deverá observar determinados fatores.

Os juristas - escreve PEDRO FREDERICO⁷² - têm tentado têm tentado classificar os direitos de personalidade, agrupando-os em razão de elementos comuns, como os que se relacionam com o elemento físico da pessoa (vida, integridade física), ou os que se relacionam com os seus elementos morais (honra, imagem, vida privada), ou produtos de sua inteligência, passíveis, até, de mensuração econômica (direitos de autor)."

"Entre nós, convém destacar o esforço técnico do mestre R. LIMONGE FRANÇA, para quem os direitos podem ser distribuídos em três diferentes escaninhos, rotulados pelos aspectos físico, intelectual e moral, onde seriam acantonados, respectivamente, os direitos relativos à integridade física, à integridade intelectual e à integridade moral, saber: ... III – Direito à integridade moral. 1) direito à liberdade civil, política e religiosa; 2) direito à honra; 3) direito à honorificência; 4) direito ao recato; 5) direito ao segredo pessoal, doméstico e profissional; 6) direito à imagem; 7) direito à identidade pessoal, familiar e social."⁷³

Depois de enfrentar a distinção entre danos patrimoniais e danos morais, YUSSEF SAID CAHALI⁷⁴ caracteriza este último, o dano moral pelos seus próprios elementos, "como a privação ou diminuição daqueles bens que têm um valor precípuo na vida do homem e que são a paz, a tranquilidade de espírito, a liberdade individual, a integridade individual, a integridade física, a honra e os demais sagrados afetos".

Alguns autores, embora a posição contrária de Alfredo Orgaz⁷⁵ congruentes com o articulado acerca da definição do dano moral, e se este é a lesão a sentimentos, é a dor espiritual causada, entendem que "as crianças, os loucos de todos os gêneros, bem assim aquele que leva vida vegetativa no leito de um hospital e não sentem o que acontece ao seu derredor, ainda assim, são capazes de serem vítimas dessa espécie de dano." Dentre eles, ANTÔNIO JEOVÁ SANTOS.⁷⁶

Embora sendo um direito absoluto, o *direito de personalidade* não apresen-

⁷²Vida privada, liberdade de imprensa e dano moral, p. 15.

⁷³*Ibidem*, p. 16-17.

⁷⁴Dano moral, p. 19-22.

⁷⁵*El Daño Resarcible*, p. 239 e 247.

⁷⁶Dano moral indenizável, p. 36.

ta a faculdade ou conteúdo da disponibilidade. Por isso, entendemos que, em se tratando de dano moral, é sempre inaplicável a *cláusula de não indenizar*.

Por óbvio, a quantificação dos danos morais dispensa o auxílio de peritos, mas a responsabilidade do juiz na sua apuração, é das mais árduas, pois terá que levar em conta várias circunstâncias, para atingir a sua convicção.

14. CRITÉRIOS LEGAIS PARA O ARBITRAMENTO DA INDENIZAÇÃO

É da lavra de ARRUDA MIRANDA⁷⁷ que "em se tratando de fator puramente subjetivo, será difícil ao juiz (que na maior parte das vezes desconhece os personagens do drama judiciário) avaliar a intensidade do sofrimento do ofendido. Terá ele que lançar mão de dados objetivos para chegar a uma conclusão razoável. Somente pela *gravidade* (a que atinge mais fundamente a honra subjetiva do ofendido ou que provoque intenso abalo de seu crédito ou nos títulos do mercado, ou mesmo na força da extorsão), pela *natureza* (crime contra a honra, desconfiança no sistema bancário, perturbação na cotação das mercadorias ou títulos do mercado financeiro, ou, ainda, caso de extorsão), a *repercussão da ofensa* (a intensidade de sua divulgação, nos meios social, familiar ou político do ofendido) e a *posição social da vítima* (banqueiro, político, industrial, profissional liberal, magistrado etc.) é que o juiz poderá aquilatar da intensidade do sofrimento do ofendido e promover a avaliação patrimonial do dano moral."

É de Francisco Campos, na sua *Exposição de Motivos* ao Código de 1940 esta lição: "Para a individualização da pena, não se faz mister uma prévia catalogação, mais ou menos teórica, da espécie de criminosos desde que ao juiz se confira um amplo arbítrio na aplicação concreta das sanções legais. Neste particular, o projeto assume um sentido marcadamente *individualizador*. O juiz, ao fixar a pena, não deve ter em conta somente o fato criminoso, nas suas circunstâncias objetivas e consequências, mas também o delinqüente, a sua *personalidade*, seus antecedentes, a intensidade do dolo ou grau da culpa e os motivos determinantes (art. 42). O réu terá de ser apreciado através de todos os fatores, endógenos e exógenos de sua individualidade moral e da maior ou menor intensidade da sua *mens rea* ("mente do réu mentalidade criminosa") ou da sua maior ou menor desatenção à disciplina social. Ao juiz incumbirá investigar, tanto quanto possível, os elementos que possam contribuir para o exato conhecimento do caráter ou índole do réu, o que importa dizer que serão pesquisados o seu *curriculum vitae* as suas condições de vida individual, familiar e social, a sua conduta contemporânea ou subsequente ao crime, a sua maior ou menor *periculosidade* (probabilidade de vir ou tornar o agente a praticar fato previsto como crime). Esta, em certos casos, e presumida pela lei, para o efeito da aplicação obriga-

⁷⁷Op. cit., p. 735-736

⁷⁸DELMANTO, Celso, *Código Penal anotado*, p. 678-679.

tória da medida de segurança; mas fora desses casos, fica ao prudente arbítrio do juiz o seu reconhecimento (art. 77)".⁷⁸

Se assim se faz necessário quanto ao aspecto criminal, no tocante à aplicação da pena, "o mesmo princípio individualizador, a mesma pesquisa sobre as circunstâncias emolduradoras do fato argüido, deve ser feita pelo juiz do cível, a quem incumbe o julgamento da reparação do dano moral, para o efeito da avaliação deste em pecúnia".⁷⁹

FREITAS NOBRE indaga : Como poderia o juiz, de fato, julgar da intensidade do sofrimento do ofendido, senão tendo em conta sua situação pessoal ante a sociedade em que vive, o conceito em que é tido, o respeito que o envolve, a consideração que efetivamente merece?

E ele mesmo responde:

"Esse exame está igualmente comprometido com a natureza e a repercussão da ofensa que dependem não só da intenção dolosa de quem emite, como, ainda, das relações que possui o ofendido.

Assim, uma ofensa irrogada contra o governador do Estado, o presidente de um Banco, o diretor de Faculdade, capaz de abalar não apenas o seu prestígio, mas, também, sua autoridade, não pode ser equiparada, como repercussão danosa e como prejuízo moral a uma outra pessoa sem as mesmas responsabilidades sociais, políticas ou administrativas.

Não que para um a ofensa seja menor que para outro.

Mas a repercussão de uma, dadas as condições especiais da pessoa que envolve, é muito mais intensa que de outra.

A lei previu não apenas para efeito de arbitramento que o juiz leve em consideração a posição social do ofendido mas, também, sua posição política.

Não dá a lei total arbítrio ao julgador, mesmo porque em lugar de facultar-lhe levar ou não em consideração tais elementos, expressamente determina: "... o juiz terá em conta", o que o obriga a considerar as condições pessoais de um e de outro, como se as pesasse numa balança para assegurar a precisão e a equidade da sentença.

Também influem decisivamente no arbitramento da indenização em reparação do dano moral, a divulgação espontânea da resposta ou retificação, ou da própria retratação, sempre que feitas antes de qualquer intervenção judicial, isto é, quando

⁷⁸MIRANDA, Darcy Arruda, *op. cit.*, p. 737.

espontâneas ou mesmo quando provocadas diretamente pelo ofendido".

*Mas, ainda a dosar essa divulgação retificativa ou essa retratação cabal, deve o julgador levar em conta a extensão da reparação obtida dessa forma pelo ofendido.*⁸⁰

Pode o jornalista divulgar a retratação, espontaneamente, e de forma cabal, ou mesmo publicar ou emitir uma resposta retificativa amigavelmente, como a desejou o ofendido, sem que, no entanto, a reparação ainda assim tenha sido total.

*Embora o juiz leve em consideração tais elementos, não pode excluir, só por isso, a possibilidade de considerar insuficiente a reparação, em face da profundidade de penetração da notícia divulgada, podendo, ainda fixar uma indenização capaz de permitir que o ofendido seja inteiramente reparado da lesão sofrida".*⁸¹

Acrescenta, em sua obra, ARRUDA MIRANDA:

Está claro que cabe ao juiz, em cada caso concreto submetido à sua apreciação, estudar a figura do delinqüente e sua atuação delinqüencial, pois cada agente infrator age e reage de modo diverso, na prática do mesmo crime.

Não basta, ao juiz, a verificação da intensidade do dolo ou grau da culpa do responsável, pois qualquer que seja ela, deve, para o cálculo da indenização, estar condicionada à situação econômica deste. Se esta for próspera ou precária, a reparação será maior ou menor.

*Outra circunstância a pesar na balança da estimativa da indenização do dano moral é a vida judicial pregressa do responsável. Se este já sofreu pena criminal ou condenação civil, por abuso no exercício da liberdade de manifestação do pensamento e informação, será um reincidente genérico ou específico, conforme a natureza da infração cometida e punida, circunstância esta que, por si só, é bastante para o aumento do quantum da reparação civil".*⁸²

Quanto à retratação, continua esse Mestre dizendo que "malgrado tenha havido *retratação espontânea* da parte do responsável, antes da propositura da ação penal ou civil, o fato não impede a reparação civil do dano moral. Este dano pode

⁸⁰No *habeas corpus* 53.593, Rio de Janeiro, julgado em 30 de setembro de 1975, impetrado com o fundamento da falta de justa causa, decidiu a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (DJU, 12-12-1975, p. 9.363): "falta de justa causa. Inexiste quando, em ofensa irrogada pela Imprensa, o responsável não se retrata nem retifica a publicação, mas se limita a divulgar a resposta do ofendido, ainda que a apresentando como versão de terceiro anônimo". (citação do próprio autor).

⁸¹*Op. cit.*, p. 313-314.

⁸²*Op. cit.*, p. 737.

ter sido amenizado pela retratação mas não anulado. O efeito mau provocado pela publicação ou transmissão não se refaz totalmente com a retratação. Do mesmo modo, a publicação ou transmissão da resposta ou pedido de retificação, nos prazos previstos na lei e independentemente de intervenção judicial no caso, não isentam o responsável pela reparação civil, apenas a "extensão da reparação por esse meio obtida pelo ofendido", terá efeito descongestionante, isto é, será, levado em consideração pelo juiz, no cálculo da indenização, para menos".⁸³

Podemos constatar do art. 22 do Dec. 24.776, de 1934, o princípio enunciado da seguinte forma: "A retratação ou retificação espontânea, expressa, plena e cabal, dentro em 48 horas, pelo jornal que fez a imputação, excluirá a propositura da ação penal contra o respectivo responsável, não se tratando de reiteração de ofensa. Do mesmo modo, a retratação inequívoca e cabal do ofensor em juízo, reconhecendo, por termo nos autos, a falsidade da imputação, o eximirá de pena, desde que pague as custas do processo e deposite em cartório a importância necessária para a publicação do respectivo termo homologado pelo juiz".

"Em ligeiro comentário a esse dispositivo, dizia Nelson Hungria: "A *retratação* (ou *retificação*) espontânea, expressa, inequívoca e cabal, exclui a ação penal ou exime de pena, em face da Lei de Imprensa, como faz cessar a punibilidade perante o Código; mas, tratando-se de retratação extrajudicial, exige-se que se realize dentro de 18 horas", pelo jornal que "fez a imputação" e mais que não seja caso de "reiteração de ofensa; e, na hipótese de retratação em juízo, é necessário que seja tomado por termo nos autos, pagando o querelado as custas e depositando em cartório a importância correspondente à publicação do aludido termo, homologado pelo juiz".⁸⁴

O nosso direito penal não possibilita a retratação nos casos de *injúria*. De fato, assim dispõe o art. 143 do nosso Código Penal: "O querelado que, antes da sentença, se retrata cabalmente da calúnia ou da difamação fica isento de pena". Fica, pois, a *injúria* excluída da retratação, como causa extintiva da punibilidade (art. 108, VII, do Código Penal).

Analisando o inc. VII do art. 108 do Código Penal, observa ALOYSIO DE CARVALHO FILHO:

*"Para isentar de pena o ofensor, a retratação prescinde da aceitação do ofendido. Omitiu o Código qualquer norma a respeito. Nenhuma existe no Código processual."*⁸⁵

Inexiste prazo fixado para a retratação espontânea e cabal; porém deverá ser feita antes de iniciado o procedimento judicial.

Conforme a doutrina, "a retratação deve ser *cabal* e inequívoca. A *provocatio*

⁸³A palavra retratação vem do latim *retractatio*, que significa desdizer-se, mudar de parecer.

⁸⁴*Op. cit.*, v. 6, p. 274.

⁸⁵Comentários ao Código Penal. Rio de Janeiro: Forense, 1958, v. IV, p. 296.

do ofendido para que o ofensor se manifeste, exclui a espontaneidade, mas se o responsável pela publicação ou transmissão fizer a retratação logo que o ofendido pedir explicações, claro está que, sendo cabal e inequívoca, excluirá a ação penal, mas não a reparação do dano moral."⁸⁶

A retratação em Juízo só é possível nas chamadas ações privadas.

"E é razoável que assim seja. A ofensa à honra de alguém que exerça autoridade pública ou ao funcionário, em razão de suas funções, mais do que a feita ao particular, envolve não só a reputação do agente do serviço público, como a própria administração, ou organização, no setor de sua atividade, vincando de dúvidas sérias a consciência popular, quanto à honestidade administrativa ou jurisdicional e o princípio de autoridade."⁸⁷

Inadmissível a retratação tardia, demorada, serôdia. Pontifica, mais uma vez, ARRUDA MIRANDA:

"O jornalista ou radialista honesto que, num momento de irreflexão ou leviandade, destila uma gota de ácido corrosivo no cristal da honra alheia, deve ter a hombridade de penitenciar-se às pressas, desde que descubra ter sido precipitado, injusto ou inverdadeiro, e, não aguardar que o ácido deixe marcas indelévels no cristal para, então, aparentar a suspeitosa resipiscência.

Tinha razão o Min. Pedro dos Santos quando, em voto vencido, no acórdão de 31 de agosto de 1921, do STF assinalava: 'Por mais curto que tenha sido o intervalo entre dois atos - agressão e retratação - e por mais positiva e veemente que esta se haja manifestado, o prejuízo subsiste em certos limites, porque não se demonstrou, nem se poderá demonstrar que os que leram o opúsculo calunioso, leram também o artigo que lhe foi oposto, nem que durante o prazo escoado entre as duas publicações, não haja ficado o ofendido sob o açoite deprimente do ato difamatório'.

Por mais cabal que seja a retratação, o aleive deixa sempre a sua marca na honra do ofendido e o retractare dicta na reputação do ofensor, mormente quando ela é feita após o início da ação penal. O magistrado Viveiros de Castro distinguia a retratação feita espontaneamente, antes de qualquer procedimento judicial do ofendido, da feita posteriormente, considerando a primeira tão-somente como efeito dirimente, acentuando: 'O agente dá neste caso prova inequívoca de reconhecer o erro em que laborava e de seu amor pela verdade, restabelecendo-a. É certo que todo o mundo tem o dever de verificar escrupulosamente a exatidão dos fatos que publica-

⁸⁶MIRANDA, Darcy Arruda, *op. cit.*, p. 741.

⁸⁷*Ibidem*, p. 742.

mente avança. Mas diante da lei, como diante da moral, não podem ser julgados pela mesma bitola um procedimento que apenas revela precipitação e leviandade, e um procedimento que revela espírito de perversidade e intenção de prejudicar. No segundo caso, porém, quando a retratação é feita depois de iniciado o procedimento do ofendido pela apresentação da queixa, não pode ela ser considerada uma circunstância dirimente da criminalidade. O agente não obedeceu a um movimento natural, ao desejo digno de restabelecer a verdade, de reparar o mal que causou, procura escapar à pena do crime que cometeu, é um expediente de defesa que não deve iludir o juiz'".

15. INDENIZAÇÃO DO DANO MATERIAL

Cumpra descrever o texto do art. 54, da Lei em tela:

"Art. 54. A indenização do dano material tem por finalidade restituir o prejudicado ao estado anterior."

No dizer de FREITAS NOBRE, diferencia a lei entre o arbitramento do dano moral e a fixação do dano material, pois que, enquanto este deve restituir o prejudicado ao estado anterior (art. 54), aquele deve ser fixado segundo as condições especiais de cada caso e as condições individuais dos litigantes.

Para a apuração do *quantum* do dano material, deve-se utilizar de perícia, caso não se possa obter por um outro meio, como orçamentos, tabelas, etc.

16. DA VOLTA AO STATUS QUO ANTE

Na verdade, toda reparação admitida em direito tem como escopo restituir o prejudicado ao *status quo ante*.

Assim é que a indenização deve ser a mais ampla e cabal, de molde que a situação patrimonial do ofendido, as suas possibilidades de lucro, a sua capacidade de trabalho, o rendimento deste etc., devem ser levados em conta no cálculo da indenização.

17. DA SUCUMBÊNCIA

O artigo 55, da Lei de Imprensa, vem assim redigido:

"Art. 55. A parte vencida responde pelos honorários do advogado da parte vencedora, desde logo fixados na própria sentença, bem como pelas custas judiciais."

A clareza do dispositivo dispensa maiores comentários.

Os honorários a serem fixados na sentença poderão ser de quantia certa, ou subordinados a percentual sobre o valor da ação ou da condenação. Além da condenação em honorários, a parte vencida⁸⁸ arcará com as despesas e custas processuais.

No tocante ao responsável pelo pagamento da reparação do dano, há de se aplicar o disposto no art. 49, § 2º, da Lei de Imprensa.

18. DA AÇÃO INDENIZATÓRIA

Também a ação poderá ser proposta diretamente contra o autor da ofensa, a par da pessoa natural ou jurídica que explora o meio de informação ou divulgação.

O artigo 56, da Lei nº 5.250/67, vem assim redigido:

"Art. 56. A ação para haver indenização por dano moral poderá ser exercida separadamente da ação para haver reparação do dano material, e sob pena de decadência deverá ser proposta dentro de 3 meses da data da publicação ou transmissão que lhe der causa."

Parágrafo único. O exercício da ação cível independe da ação penal. Intentada esta, se a defesa se baseia na exceção da verdade e se trata de hipótese em que ela é admitida como excludente da responsabilidade civil ou em outro fundamento cuja decisão no juízo criminal faz coisa julgada no cível, o juiz determinará a instrução do processo cível até onde possa prosseguir, independentemente da decisão na ação penal."

O prazo para a propositura da ação judicial ressarcitória, que é decadencial por expressa disposição, é de três meses, contados da data da publicação ou transmissão que lhe deu causa, podendo ser proposta separadamente da ação por danos materiais.

ARRUDA MIRANDA⁸⁹ traz importante reflexão do texto do art. 56 da Lei de Imprensa, em face da atual Constituição Federal, entendendo estar derogado o prazo decadencial estipulado no artigo 56, da Lei de Imprensa. Diz ele:

"Ocorre que a Constituição Federal de 1988, quando em seu art. 5.º, no caput, estabeleceu a igualdade de todos perante a lei, e no inciso X, prescreveu a inviolabilidade da honra e da imagem das pessoas, também assegurou o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, igualando os dois efeitos, sem ressalvas, revogando, implicitamente o citado prazo decadencial. Nem seria compreensível um prazo tão restrito para um

⁸⁸Tanto a ré como a autora na ação, dependendo da procedência ou improcedência da mesma.

⁸⁹Op. cit., p. 746.

dano tão grave como é o dano moral em relação ao dano material que não tem prazo. Seria evidente cerceamento de defesa uma tal disposição, pois o indivíduo ofendido que estivesse ausente do local na data da publicação da ofensa, em viagem, e voltasse após transcorridos os 3 meses, ficaria sem defesa, marcado pela ofensa à sua honra, só podendo reclamar dano material que venha a existir."

E cita ele que o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, em ac. de 30.9.86, já decidiu que: "Inexiste limite prefixado à indenização por dano moral resultante de infração capitulada na Lei de Imprensa quando se trata de conduta dolosa. Se a quantia foi estipulada no máximo previsto para os casos de ação culposa, deve ser majorada, em razão da vontade deliberada de ofender, que distingue as duas situações".⁹⁰

O único parágrafo do referenciado artigo assinala princípio consagrado de que o exercício da ação cível independe da ação penal.

Uma vez proposta que seja a ação penal, e tida como provada, em defesa, a *exceptio veritatis* (o que, como já vimos, só pode acontecer nos crimes de calúnia e difamação - arts. 20, § 2.º, e 21, § 1.º), fica, igualmente, excluída a responsabilidade civil.

19. DA "JUSTIÇA GRATUITA"

O artigo 68, do Código de Processo Penal, dispõe que "Quando o titular do direito à reparação do dano for pobre (art. 32 §§ 1º e 2º) a execução da sentença condenatória (art. 63) ou a ação civil (art. 64) será promovida, a seu requerimento, pelo Ministério Público".

TOURINHO FILHO, assim comenta o referido dispositivo:

"O Estado aqui confiou ao Ministério Público a tutela dos interesses das pessoas pobres, daqueles titulares do direito à reparação do dano que, nos termos do art. 32, não puderem prover às despesas do processo sem privar-se dos recursos indispensáveis ao próprio sustento ou da família. Fê-lo, porque procurou dar 'um caráter público à obrigação de reparar o dano exdelicto', ou, como se expressa o Ministro FRANCISCO CAMPOS na Exposição de Motivos: o projeto não descurou de evitar que se torne ilusório o direito à reparação do dano, instituindo e regulando eficientemente medidas assecuratórias (sequestro e hipoteca legal dos bens do indiciado ou responsável civil) antes mesmo do início da ação ou do julgamento definitivo, e determinando a intervenção do Ministério Público,

⁹⁰RT-616:46.

⁹¹Processo penal, v. 2, p. 492.

quando o titular do direito à indenização não disponha de recursos pecuniários para exercê-lo".⁹¹

Assim, mesmo que a pessoa não disponha de recursos suficientes, não ficará ela obstada do acesso ao Poder Judiciário, uma vez que se deu ao Ministério Público legitimidade extraordinária para a propositura da ação civil ex-delito. Ademais, nos dias atuais, a Procuradoria Jurídica, em locais onde não haja sua sede ou representação, tem celebrado convênios, através da Ordem dos Advogados do Brasil, para o atendimento das pessoas carentes, com a propositura das ações competentes, a chamada "Justiça Gratuita".

De outra parte, mesmo sendo o ofensor absolvido no processo criminal, poderá este, em certos casos, como o do reconhecimento da inexistência material do fato (art. 66 do Código do Processo Penal), responder civilmente.

20. REQUISITOS PROCESSUAIS DA AÇÃO CÍVEL

Agora o teor do último dispositivo do Capítulo VI, da Lei de Imprensa, que trata da Responsabilidade Civil:

"Art. 57. A petição inicial da ação para haver reparação de dano moral deverá ser instruída com o exemplar do jornal ou periódico que tiver publicado o escrito ou notícia, ou com a notificação feita, nos termos do art. 53, § 3.º, à empresa de radiodifusão, e deverá desde logo indicar as provas e as diligências que o autor julgar necessárias, arrolar testemunhas e ser acompanhada da prova documental em que se fundar o pedido.

§ 1.º A petição inicial será apresentada em duas vias. Com a primeira e os documentos que a acompanharem será formado processo, e a citação inicial será feita mediante a entrega da segunda via.

§ 2.º O juiz despachará a petição inicial no prazo de 24 horas, e o oficial terá igual prazo para certificar o cumprimento do mandado de citação.

§ 3.º Na contestação, apresentada no prazo de 5 (cinco) dias, o réu exercerá a exceção da verdade, se for o caso, indicará as provas e diligências que julgar necessárias e arrolará as testemunhas. A contestação será acompanhada de prova documental que pretenda produzir.

§ 4.º Não havendo contestação, o juiz proferirá desde logo a sentença e em caso contrário, observar-se-á o procedimento ordinário.⁹²

⁹¹Nova redação dada pelo art. 11 da Lei 6.071, de 3.7.74.

§ 5.º Na ação para haver reparação de dano moral semente será admitida reconvenção de igual ação.

*§ 6.º Da sentença do juiz caberá apelação, a qual somente será admitida mediante comprovação do depósito, pelo apelante, de quantia igual à importância total da condenação. Com a petição de interposição do recurso o apelante pedirá expedição de guia para o depósito, sendo a apelação julgada deserta, se no prazo de sua interposição não for comprovado o depósito."*⁹³.

Esse dispositivo trata da parte processual da ação de ressarcimento de danos.

Por primeiro assinala que, com a inicial, deverá vir um exemplar do jornal ou periódico em que se encontra publicado o escrito ou notícia, ou seja, deverá provar-se a materialidade do fato.

Caso essa ofensa tenha sido radiodifundida, deverá trazer com a inicial a notificação (judicial ou extrajudicial) feita à empresa de radiodifusão, na forma prevista no art. 58, § 3º.

Também atendendo ao disposto no art. 282, do Código de Processo Civil, regra básica para a confecção da petição inicial, deve-se indicar as provas e diligências que o autor entender úteis ou necessárias ao esclarecimento dos fatos argüídos, inclusive o rol de testemunhas. É o princípio de que quem alega deve provar.

É da lei que a petição inicial deverá ser apresentada em duas vias, sendo formado o processo com a primeira e os documentos que a acompanham. A segunda via será entregue ao réu, por ocasião da citação inicial. Regra a nosso ver desnecessária, porque é o mínimo aceitável para a formação de qualquer processo.

O § 2º, do dispositivo em tela, determina que o juiz despachará a petição inicial no prazo de 24 horas e o oficial terá igual prazo para certificar o cumprimento do mandado de citação. Como sabemos, diante da situação aflitiva que vive o Judiciário, ora sem o número necessário de juizes, ora sem recursos, esses prazos são raramente atendidos, ficando letra morta com frequência.

O prazo para a contestação é de cinco dias, podendo nela sustentar a exceção da verdade, e juntando as provas que corroborem os seus argumetnos. Também indicará provas e diligências que entender necessárias, inclusive arrolar as testemunhas que deseja ouvir.

Como aponta a doutrina, o § 3.º deste art. 57 contém um cochilo de redação, quando diz que "a contestação será acompanhada da prova documental que pretende produzir..."⁹⁴

O texto do § 4º, do art. 57, tem a redação que lhe deu a Lei 6.071, de 03.07.74.⁹⁵

⁹³Redação dada pelo art. 11 da Lei 6.071, de 3.7.74.

⁹⁴MIRANDA, Darcy Arruda, *ob. cit.*, p. 749.

⁹⁵O texto revogado assim dispunha: "Contestada a ação, o processo terá o rito previsto no art. 685 do Código de Processo Civil".

Ou seja, poderá ocorrer o julgamento antecipado da lide, em caso de revelia, tal qual dispõe o art. 330, II, do Código de Processo Civil. Uma vez contestada, o procedimento da ação será o ordinário.

A mencionada Lei 6.071/74 "não só alterou o rito processual da ação, após a contestação, como também suprimiu o recurso anteriormente previsto no parágrafo 6.º, que era o de agravo de petição, da sentença do juiz, para o de apelação, hipótese esta em que será observado o que dispõem os arts. 513 e seguintes do Código de Processo Civil."⁹⁶

O recurso de apelação será recebido em ambos os efeitos, devolutivo e suspensivo, como assim determina o art. 520, da Lei Adjetiva, com a observância dos dispositivos inerentes a tal recurso (arts. 513 e seguintes, com as alterações trazidas com a lei 8.950, de 13.12.94).

Enuncia o § 5.º que "na ação para haver reparação do dano moral somente será admitida reconvenção de igual ação".

Isto significa que o réu, no mesmo processo, poderá também propor uma ação em relação ao autor, desde que haja o mesmo fundamento, isto é, se a ação pede dano moral, a reconvenção também deve conter o mesmo pedido. A reconvenção deverá obedecer o disposto nos artigos 315 a 318, do Código de Processo Civil.

⁹⁶*Ibidem*, p. 750.

CAPÍTULO 3

DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESCUSATIVAS DO DEVER DE INDENIZAR

*À literatura e, de outro modo,
à ciência, compete iluminar.*

Yan McEwan (50), escritor inglês.

1. DIVISÃO DAS CIRCUNSTÂNCIAS ESCUSATIVAS

Adotamos, para o presente trabalho, a divisão das "circunstâncias naturalmente, legalmente e convencionalmente escusativas do dever de indenizar o dano", feita pela professora Giselda Maria Fernandes Novaes Hironaka em nosso Curso de Mestrado em Direito Civil, objeto de nossa análise a seguir:

a) As exceções à imputabilidade:

- Menoridade
- Alienação mental grave

b) Excludentes de causalidade:

- Culpa exclusiva da vítima
- Culpa concorrente
- Culpa de terceiro
- Caso fortuito. Força maior

c) Excludentes da ilicitude:

- Anuência da vítima
- Exercício normal de direito
- Legítima defesa
- Estado de necessidade

d) A excludente convencional da responsabilidade :

- Cláusula de não indenizar.

Em tema tão vasto, procuraremos, após uma passada rápida sobre tais circunstâncias escusativas do dever de indenizar o dano, determo-nos um pouco mais sobre elas no âmbito da publicidade no Código de Defesa do Consumidor.

a) As exceções à imputabilidade.

A *imputabilidade* é considerada o principal elemento constitutivo da culpa. O Código Argentino traz, em seu art. 1.076, perfeita noção do que se deve entender por imputabilidade, ao dispor que, *para o ato ser reputado um delito, é necessário representar ele um resultado de uma livre determinação da parte do seu autor*. De um modo geral, como ensina o prof. SERPA LOPES⁹⁷, há imputabilidade, quando o ato procede de uma livre vontade.

⁹⁷LOPES, Miguel Maria de Serpa, *Curso de Direito Civil*, p. 196.

Para este renomado Mestre,

"toda pessoa capaz tem a consciência da sua obrigação em se abster da prática de um ato que possa acarretar um prejuízo injustificado a outrem, atingindo a vida de alguém, sua saúde ou liberdade. Quando o seu comportamento se exterioriza com transgressão deliberada dessas regras impostas pela ordem social e jurídica, quando procede negligente ou imprudentemente, em relação ao ato assim praticado, o mesmo se lhe torna imputável. Consequentemente, a imputabilidade está ligada às condições mediante as quais os fatos se produzem em relação à pessoa que provocou o evento danoso."

Em resumo, seria a aptidão de cada ser humano para cometer atos ilícitos de que possa discernir e suportar a responsabilidade deles decorrente.

Não há como confundir a imputabilidade com o nexo de causalidade, segundo MARIA HELENA DINIZ:

*"A imputabilidade diz respeito a elementos subjetivos e o nexo causal a elementos objetivos, consistentes na ação ou omissão do sujeito, atentatória do direito alheio, produzindo dano material ou moral. Nada obsta, como nos ensina Serpa Lopes, que haja imputabilidade sem nexo causal, p. ex., se A der veneno a B, e B, antes da bebida produzir efeito, vier a falecer em razão de um colapso cardíaco. Houve culpa, mas não houve nexo de causalidade. Se A dirige seu carro à noite, com os faróis apagados, atropelando B, mas, na realidade, B sofreu o acidente por sua própria culpa."*⁹⁸

No dizer da professora GISELDA HIRONAKA, "a obrigação de ressarcir prejuízos tem por pressuposto a existência da livre determinação da vontade do agente. Em outras palavras, o fato gerador do dever ressarcitório deverá poder ser imputado ao seu autor."⁹⁹

Citemos, pois, as exceções propriamente ditas:

a.1.) Menoridade.

Os menores de 16 anos, e apenas eles, são inimputáveis. O art. 156, do CC, equipara os menores entre 16 e 21 anos aos maiores, no tocante às obrigações decorrentes de ato ilícito.

É que ao menor falta discernimento, o que implica que, ao cometer o ato ilícito, faltava-lhe vontade. A inimputabilidade exclui, pois, a vontade. Sem vontade inexistente ato ilícito; sem ato ilícito como causa do dano, não haverá responsabilidade civil no tocante ao inimputável.

⁹⁸Curso de Direito Civil, p. 94.

⁹⁹HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes, *Responsabilidade Civil: circunstâncias naturalmente, legalmente e convencionalmente escusativas do dever de indenizar o dano*, maio de 1998, p. 7.

A noção do Bem e do Mal é um elemento significativo da maturidade do espírito e da desejada experiência de vida do homem, de tal sorte que a imputabilidade guarda raízes nessa capacidade de discernir, de compreender o alcance dos atos praticados pelo ser humano.

No Direito Romano, não havia uma idade prefixada legalmente para as questões delituais. Ficava ao alvedrio do juiz aceitar ou não a capacidade de discernimento do agente.

Em nosso sistema, os responsáveis pelo ressarcimento do dano resultante de ato ilícito praticado pelo menor, seja ele púbere ou impúbere, serão sempre os pais, a quem cabe o dever de vigiar a conduta daqueles, enquanto incapazes de se conduzirem por si próprios, porque assim deflui do art. 1.521, do Código Civil.¹⁰⁰

a.2.) Alienação mental grave

Em sendo inimputável o amental, temos que irresponsável pelos atos danosos que praticar. Entretanto, com a injustiça que seria a irressarcibilidade da vítima, e apesar do silêncio do Código Civil, a jurisprudência pende para determinar que o patrimônio do amental responda pelo dano.

O projeto de Código Civil de 1975 assim dispõe a respeito da responsabilidade civil dos incapazes em geral (onde está o amental):

"Art. 930. O incapaz responde pelos prejuízos que causar, se as pessoas por ele responsáveis não tiverem obrigação de o fazer ou não dispuserem de meios suficientes.

Parágrafo único. A indenização prevista neste artigo, que deverá ser equitativa, não terá lugar se ela privar do necessário o incapaz, ou as pessoas que dele dependem."

GISELDA HIRONAKA, em seu já citado artigo sobre as circunstâncias escusativas do dever de indenizar o dano, assinala que a jurisprudência francesa tem assim considerado a questão: "mesmo quando o ato danoso tenha, como agente, um amental, sua responsabilidade não se desvanecerá se o seu estado de demência é consequência de conduta culposa anterior do agente, agora amental, que, ou ingerindo álcool ou fazendo uso de drogas, em quantidade suficiente, provocou, ele próprio, a insanidade mental." E conclui a Mestra: "assim como nós, os franceses em face do ato danoso praticado pelo amental buscam encontrar um responsável na pessoa do pai, do tutor ou do curador."¹⁰¹

b) Excludentes de causalidade

b.1.) Culpa exclusiva da vítima

Não há responsabilidade civil se o evento ocorreu por culpa exclusiva da víti-

¹⁰⁰Neste sentido RT-641:132.

¹⁰¹P. 9.

ma. Se a culpa da vítima foi concorrente, e não exclusiva, a indenização terá redução proporcional (geralmente pela metade), vez que em direito civil adota-se a compensação de culpas. Em matéria de transportes, porém, não há compensação de culpas, exonerando-se o transportador só no caso de culpa exclusiva do viajante (art. 17, II, do D. 2.621, de 7.12.1912).

Os exemplos apontados pela doutrina¹⁰², de um modo geral, dizem respeito à vítima que, desejando o suicídio, se atira sob as rodas do veículo conduzido pelo agente. A conduta da vítima no caso elide a possibilidade de ressarcimento.

b.2.) Culpa concorrente

Neste caso, a culpa da vítima não foi de modo a excluir a responsabilidade do agente, mas sim no sentido de minorá-la. Ou seja, se lesado e lesante concorreram com um a parcela de culpa, produzindo um mesmo prejuízo, porém por atos independentes, cada qual responderá pelo dano na proporção em que concorreu para o evento danoso, no dizer de Maria Helena Diniz.¹⁰³

O nosso direito, acompanhando os doutrinadores franceses, vem entendendo que "impõe-se a condenação do causador do acidente, atendendo-se à gravidade de sua falta; e, havendo culpa recíproca, deve a condenação ser proporcional, usando-se as frações na fixação da indenização."¹⁰⁴

b.3.) Culpa de terceiro

Em regra (salvo as hipóteses de responsabilidade indireta do pai, patrão, etc.), a ação ou omissão exclusiva de terceiro afasta a responsabilidade civil, pela ausência da relação de causalidade.

Haverá, porém, responsabilidade se a conduta do terceiro não foi exclusiva, mas concorrente ou desencadeante da ação do autor direto do dano. Assim, não se exime de responsabilidade quem danifica uma casa com o seu veículo, em decorrência de manobra infeliz, realizada para escapar de colisão iminente com outro automóvel, que imprudentemente lhe cortara o caminho.¹⁰⁵

Da mesma forma, não se exime quem causar dano a terceiro em legítima defesa ou em estado de necessidade (arts. 1.519 e 1.520 do CC). Nestes casos, tem o autor direto do dano ação regressiva contra aquele que motivou a ação. Perante o lesado porém, respondem todos solidariamente (art. 1.518 do CC).

b.4.) Caso fortuito e força-maior

São motivos excludentes da causalidade, porquanto são acontecimentos so-

¹⁰²DINIZ, Maria Helena, *Curso...*, p. 95.

¹⁰³*Curso...*, p. 79.

¹⁰⁴RT, 693:140; 667:95; 661:93; 356:519, dentre outros julgados.

¹⁰⁵RT 416:345

brevindos fora do domínio da vontade do agente, cujos efeitos não era possível evitar ou impedir.

Tais expressões não são sinônimas, também a nosso ver. Força maior decorre exclusivamente de um fato da natureza (terremoto, inundação, seca, geada, vulcão, tufão, incêndios não provocados, etc.). Caso fortuito como circunstância geradora de dano, mas derivada, originalmente, de um fato humano de terceiro, cujos efeitos não se pôde evitar ou impedir.¹⁰⁶

A respeito do tema, colhemos o seguinte trecho da Apelação cível nº 6.629, da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Alçada do Rio Grande do Sul, que diz sobre a escusa de responsabilidade na ocorrência do caso fortuito e de força maior, e do ônus de prová-los:

*"Preceitua Clóvis Beviláqua que: 'o caso fortuito e a força maior escusam o devedor de responsabilidade pelos prejuízos.' ... 'ao devedor incumbe provar o caso fortuito ou força maior, que alega' ('Código Civil', ed. 1917, vol. 4/217, comentários ao art. 1.058). De outra parte, salienta M.I. Carvalho de Mendonça que: 'O devedor que invoca a isenção da responsabilidade pelo caso fortuito deve prová-lo. Aprova, porém, deve ser feita nos restritos termos do caso fortuito. Assim, deve resultar dela: a) que o acontecimento se efetou sem que o devedor o tivesse podido impedir; b) que nenhuma culpa de sua parte contribuiu ou concorreu para realizá-lo ou aumentar-lhe os efeitos.' ... 'O essencial é que da prova resulte a completa exclusão da culpa' ('Doutrina e Prática das Obrigações', ed. 1956, tomo II/34-35)."*¹⁰⁷

c) Excludentes da ilicitude

c.1.) Anuência da vítima

Outra circunstância capaz de trazer a inimputabilidade é o consentimento da vítima. O consentimento pode ser direto (caso da intervenção cirúrgica destinada a amputar um braço – o cirurgião responderá civilmente pelos resultados da operação realizada sem essa anuência) ou indireto (ou a aceitação dos riscos). Se o indivíduo lança-se a uma corrida esportiva ciente de ser ela perigosa, *ipso facto* aceita o risco desse empreendimento.¹⁰⁸

c.2.) Exercício normal de direito

Igualmente não há imputabilidade em relação ao prejuízo causado por um ato

¹⁰⁶HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes, *Responsabilidade Civil: circunstâncias naturalmente, legalmente e convencionalmente escusativas do dever de indenizar o dano*, maio de 1998.

¹⁰⁷RT-463/245

¹⁰⁸LOPES, Miguel Maria de Serpa, *Curso...*, págs. 204-205.

perpetrado no exercício normal de um direito, porque não constitui ato ilícito (art. 160, I, CC), constituindo, assim, num verdadeiro direito de prejudicar. O exemplo dado é o da construção regular em terreno próprio, que prejudica a visão do prédio vizinho.

c.3.) Legítima defesa

A legítima defesa é uma variante da culpa exclusiva da vítima, por ocorrer o dano em repulsa de agressão do próprio ofendido (arts. 160, I, e 1.540, do CC). Mas haverá responsabilidade se terceiro for atingido, embora com ação regressiva contra o agressor (art. 1.520, parágrafo único, do CC).

c.4.) Estado de necessidade

O Código Penal, em seu art. 23, I, assinala a figura do estado de necessidade, sob a égide da exclusão de ilicitude, determinando não haver crime se o agente pratica o ato sob esse estado. O parágrafo único desse artigo, contudo, ressalva o denominado excesso culposo ou doloso, este punível.

O Código Civil, no art. 160, II, diz que restarão afastados da ilicitude os atos que acarretarem a deterioração ou destruição da coisa alheia, a fim de remover perigo iminente. Esses atos, para serem aceitos como lícitos, impendem de se constatar a sua absoluta necessidade, sem exceder os limites do indispensável à remoção do perigo.

d) A excludente convencional da responsabilidade:

d.1.) A cláusula de não indenizar

d.1.1.) Conceito

"A cláusula de não indenizar é o ajuste que visa a afastar as conseqüências normais da inexecução de uma obrigação; a estipulação através da qual o devedor se libera da reparação do dano, ou seja, da indenização propriamente dita (2) ¹⁰⁹.

No magistério de ORLANDO SOARES ¹¹⁰, com supedâneo em Aguiar Dias, "a cláusula ou convenção de irresponsabilidade consiste na estipulação prévia, pela qual se exonera de responsabilidade a parte contratante, no que toca à aplicação da lei aplicável ao caso".

PONTES DE MIRANDA assim lecionou:

"Compreendem-se entre as cláusulas lícitas as que limitem a responsabilidade, encurtem o prazo do exercício do direito do prejudicado, em termos razoáveis, excluam a responsabilidade pela falta de aparelho de salvamento ou salvaguarda não obrigatório por lei". ¹¹¹

¹⁰⁹CAVALIERI FILHO, Sérgio, *Programa de Responsabilidade Civil*, p. 336.

¹¹⁰Responsabilidade civil no direito brasileiro, p. 499.

¹¹¹Apud DIAS, Aguiar, *op. cit.*, p. 702.

d.1.2.) Denominações

Alguns autores costumam denominar essa cláusula de exonerativa de responsabilidade, ou, ainda, de cláusula de irresponsabilidade, mas com impropriedade. A cláusula não exime da responsabilidade, não afasta o dever de indenizar, nem elide a obrigação; afasta, apenas, a indenização, a reparação do dano.

A obrigação, como é sabido, é o dever originário que tem por fonte a lei, o contrato ou a ordem jurídica. Já a responsabilidade é o dever sucessivo (secundário) decorrente da violação do dever originário. Por isso, só se cogita de responsabilidade onde houver violação de um dever jurídico preexistente, uma obrigação descumprida.

A cláusula não suprime o dever primário (obrigação), nem o dever secundário (responsabilidade). Afasta apenas a indenização, o ressarcimento do dano - as normais consequências da inexecução de uma obrigação.

AGUIAR DIAS, em sua notável monografia sobre o tema,¹¹² traz definição que acolheu de CLUZEL¹¹³: "Cláusulas de irresponsabilidade são as convenções pelas quais o devedor eventual da obrigação de indenizar obtém do credor eventual da mesma obrigação a renúncia à ação de perdas e danos."

Diferença entre causa de irresponsabilidade e cláusula de não indenizar: a primeira exclui a responsabilidade e a segunda afasta apenas a indenização.

A causa de irresponsabilidade provém sempre da lei, independentemente da vontade das partes.

Só a lei pode excepcionar algumas situações em que, não obstante a conduta e o dano, o agente não será responsabilizado (art. 160, do Código Civil). A convenção jamais poderá fazer isso, porque a ninguém é dado estipular que, em determinada situação, não será sujeito passivo do dever de reparar. Isso escapa do campo das disposições das partes, onde só lhes é permitido negociar sobre as consequências da responsabilidade - a reparação. A responsabilidade, além de pessoal, é emanada da ordem jurídica, consequência automática do ato ilícito, de sorte que só por lei pode ser afastada.

Novamente AGUIAR DIAS, citando CAPITANT e ESMEIN, diz que ninguém pode deixar de ser responsável, porque a responsabilidade corresponde, em ressonância automática, ao ato ou fato ilícito. Praticado este, a responsabilidade do agente a quem se liga será uma realidade.

Não se elimina o eco. O que se afasta é a obrigação derivada da responsabilidade, isto é, a reparação (Responsabilidade Civil em Debate, 1ª ed., Forense, p. 38).

d.1.3.) Fundamento

Os princípios da autonomia da vontade e da liberdade de contratar - como seu

¹¹²Cláusula de não indenizar. Rio de Janeiro: Forense, 1947, p. 30-33

¹¹³*Essai pur les clauses d'irresponsabilité*. Paris, 1913, p. 49, *apud* DIAS, Aguiar, *ibidem*.

fundamento - têm feito com que seja a cláusula de não indenizar admitida no Brasil e em outros países, tanto pela doutrina quanto pela jurisprudência.

As partes podem, por exemplo, através de cláusula expressa, eximir o alienante dos riscos da evicção ou dos vícios redibitórios (arts. 1.107 e 1.102 do Código Civil); igualmente podem atenuar o valor da indenização, estipulando que o devedor só responda por culpa grave; podem ainda prefixar o valor da indenização, como na cláusula penal compensatória, por meio da qual se evitam as dificuldades da liquidação das perdas e danos, limitando objetivamente a responsabilidade; podem, até, transferir para outrem o efetivo pagamento da indenização, através do contrato de seguro, bem como transacionar sobre o *quantum* da indenização ou, mesmo, renunciá-la, já após a ocorrência do dano e até em fase de execução.

d.1.4.) Limites

Assentado que a cláusula de não indenizar é uma estipulação ou ajuste, uma cláusula acessória de um contrato, destinada a afastar as normais consequências da inexecução, temos que o seu campo de incidência está limitado à responsabilidade contratual. É ela inadmissível na responsabilidade extracontratual, porque aqui não há nenhum contrato.

Mesmo na responsabilidade contratual a cláusula de não indenizar sofre limitações. A liberdade de contratar não é absoluta. Sucumbe à *ordem pública*.

Em caso de *dolo e de culpa grave* não se permite essa cláusula, pois seria a negação da própria obrigação e não simplesmente do dever de reparar o dano.

Não pode ser ajustada para afastar ou transferir *obrigações essenciais* do contratante. (furtos de veículos em garagem). Se for admitido que se afaste a responsabilidade, que é o *hafetung* do Direito Germânico, estar-se-á afastando aquele dever e, por consequência, mutilando a própria relação jurídica.

O campo de aplicação da aludida cláusula fica ainda mais restrito por força de outras limitações impostas pela própria lei. É o caso do Decreto n. 2.681, de 7-12-1912 (resp. civil das Estradas de Ferro e transporte em geral) em seu art. 12: "*a cláusula de não-garantia das mercadorias, bem como a prévia determinação do máximo de indenização a pagar, nos casos de perda ou avaria, não poderão ser estabelecidas pelas estradas de ferro senão de modo facultativo e correspondendo a uma diminuição de tarifa. Serão nulas quaisquer outras cláusulas diminuindo a responsabilidade das estradas de ferro estabelecida na presente lei.*" Só existe pois, mediante tais requisitos (modo facultativo e correspondendo a uma diminuição de tarifa) no caso de transporte de mercadorias e não de passageiros.

Ainda a Súmula n. 161 do STF proclama que, em contrato de transporte, é inoperante a cláusula de não indenizar.

A jurisprudência tem admitido cláusula limitativa de responsabilidade, principalmente no transporte marítimo, com a correspondente redução de tarifa. Entretanto, o STF firmou ementa no sentido de que tal estipulação limitativa da responsa-

bilidade do transportador marítimo tornando a indenização irrisória (JSTF - Lex - 98/212). Senão estar-se-ia a contornar a vedação legal por mero expediente.

Igualmente o Código Brasileiro de Aeronáutica, em seu art. 247, que disciplina o transporte aéreo interno, fulmina de nulidade qualquer cláusula tendente a exonerar de responsabilidade o transportador. Esse dispositivo é cópia fiel do art. 23 da Convenção de Varsóvia (que disciplina o transporte aéreo internacional), a qual começou a vigorar no Brasil em novembro de 1931.

O Código de Defesa do Consumidor (Lei n. 8.078/90) reduziu ainda mais o campo de incidência da citada cláusula, afastando-a das relações de consumo (arts. 24 e 25). E em seu art. 51, I, trata como cláusulas abusivas as relativas ao fornecimento de produtos e serviços que impossibilitem, exonerem ou atenuem a responsabilidade do fornecedor por vícios de qualquer natureza dos produtos e serviços ou que impliquem renúncia ou disposição de direitos.

Como ressuma óbvio, a cláusula de não indenizar é inadmissível na responsabilidade extracontratual. Seu domínio se restringe à responsabilidade contratual.

RUI STOCO¹¹⁴ anota que o processo mais simples para se saber da validade da cláusula de não indenizar é "investigar se a norma de direito comum que estabelece a responsabilidade e que por essa convenção ficará afastada atende a interesse de ordem pública ou é destinada a mera tutela do interesse individual."

E concluímos nessa mesma esteira que somente o direito que a lei confere em contemplação do interesse privado é que pode ser afastado pela convenção de irresponsabilidade, o que não acontece quando se trata de direito da personalidade.

¹¹⁴Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial, p. 74.

CAPÍTULO 4

CONCLUSÃO

*Se eu não ardo,
Se tu não ardes,
Se nós não ardemos,
Como é que das trevas faremos claridade?*

Nazim Hikmet (1902-1963), poeta,
escritor e dramaturgo turco nascido na Grécia.

Procuramos, neste trabalho, enfocar a Lei de Imprensa, no Capítulo em que se refere à responsabilidade civil, bem assim as circunstâncias naturalmente, legalmente e convencionalmente escusativas do dever de indenizar. Agora, fazemos nossa conclusão a respeito da aplicabilidade dessas circunstâncias escusativas quando se tratar de dano, especialmente o moral, assegurado na Lei de Imprensa.

Vimos, no início deste trabalho, que inexiste responsabilidade, dever de indenizar, se não concorrer qualquer dos pressupostos da responsabilidade civil, dentre eles o dano.

Em se tratando da Lei de Imprensa, no entanto, estará justificado o dano, e, em princípio, não surgirá obrigação de indenizar para o agente ativo, quando ocorrer :

- a) Inimputabilidade (pela menoridade ou alienação mental grave);
- b) interrupção do nexo causal por caso fortuito, força maior ou culpa exclusiva da vítima ou de terceiro;
- c) anuência da vítima, exercício normal de direito, legítima defesa ou estado de necessidade;

Lembre-se, por oportuno, que o Projeto do Código Civil, no artigo 932, consagrou a responsabilidade objetiva dos pais, do tutor e do curador, bem como do empregador ou comitente, pelos atos respectivamente praticados por (a) filhos menores, (b) pupilos e curatelados, (c) empregados, serviçais e prepostos, nas condições estabelecidas no artigo 931. Portanto, no momento em que ingressar no mundo jurídico esse novo estatuto, e contendo a redação atual que impõe a tais pessoas a responsabilidade de maneira objetiva, não será permitida a prova em contrário de sua diligência. Somente a força maior, o caso fortuito, a culpa exclusiva da própria vítima ou de terceiro poderão eximir da responsabilidade.

No que concerne à cláusula de não indenizar, entendemos que, em se tratando de dano moral, como um dos aspectos do direito de personalidade, e que não apresenta a faculdade ou qualquer conteúdo de disposição do indivíduo, é ela de todo inconcebível.

Assim, em se tratando de responsabilidade civil decorrente de dano moral, um dos atributos do direito de personalidade, considerado como um direito privado, absoluto, não patrimonial, inato, intransmissível, irrenunciável e indisponível, fica afastada a hipótese de pactuação da excludente convencional.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- AGUIAR DIAS, José de. *Da responsabilidade civil*. 7ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1983.
- _____. *Cláusula de não indenizar*. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1947.
- ALTAVILA, Jayme. *Origem dos direitos dos povos*. 5ª ed., São Paulo: Cone, 1989.
- ALVES, José Augusto Lindgren. *A arquitetura internacional dos direitos humanos*. São Paulo: FTD, 1997.
- ALVIM, Agostinho. *Da inexecução das obrigações e conseqüências*. 4ª ed., São Paulo: Saraiva, 1972.
- AMARANTE, Aparecida. *Responsabilidade civil por dano à honra*. Belo Horizonte: Del Rey, 1997.
- ARAUJO, Luiz Alberto David. *A proteção constitucional da própria imagem*. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.
- AZEVEDO, Álvaro Villaça. *Teoria geral das obrigações*. 6ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- BASTOS, Celso Ribeiro. *Curso de Direito Constitucional*. 19ª ed., São Paulo: Saraiva, 1998.
- BENNETT, William J. Bennett. *O livro das virtudes*. 15ª impressão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, nov. 1998.
- BEVILAQUA, Clóvis. *Código Civil dos Estados Unidos do Brasil*. 6ª ed., Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1943, v. 4.
- BITTAR, Carlos Alberto. *Reparação civil por danos morais*. 3ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- _____. (coord). *Responsabilidade civil médica, odontológica e hospitalar*. São Paulo: Saraiva, 1991.
- CAHALI, Yussef Said. *Dano moral*. 2ª ed., São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- CALDAS, Gilberto. *Como traduzir e empregar o latim forense*. São Paulo: Eud, 1978.
- CALDAS, Pedro Frederico. *Vida privada, liberdade de imprensa e dano moral*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- CAMÕES, Luís de. *Os lusíadas*. São Paulo: Abril, 1982.
- CAMPANHOLE, Adriano; CAMPANHOLE, Hilton Lobo. *Constituições do Brasil*. 11ª ed., São Paulo: Atlas, 1994.
- CARVALHO DE MENDONÇA, José Xavier. *Tratado de direito comercial brasileiro*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1960, v. VI.
- CARVALHO FILHO, Aloysio de. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1958. v. IV.
- CARVALHO SANTOS, J. M. *Código civil brasileiro interpretado*. 3ª ed., Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1961, v. XX.
- _____. *Código Civil Brasileiro Interpretado*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1946. v. XXI.
- CAVALIERI Fº, Sergio Cavalieri. *Programa de responsabilidade civil*. São Paulo: Malheiros, 1996.

- Código de Hamurabi, Código de Manu (livros oitavo e nono), Lei das XII Tábuas. Bauru: Edipro, 1994.
- Código Penal e Lei de Execução Penal, São Paulo: Atlas, 1985.
- DAVID, Fernando Lopes. *O dano moral na jurisprudência*. São Paulo: Iglu, 1998.
- DELMANTO, Celso. *Código Penal anotado*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 1982.
- DIMENSTEIN, Gilberto. *As armadilhas do poder*. São Paulo: Folha de São Paulo - Summus Editorial, 1990.
- DINIZ, Maria Helena. *Direito civil brasileiro*. 12ª ed., São Paulo: Saraiva, 1998.
- FERREIRA, Pinto. *Comentários à constituição brasileira*. São Paulo: Saraiva, 1995. v. 7º.
- GANDOLFO, Orlando. *Acidentes de trânsito e responsabilidade civil*. (2ª série), São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.
- GONÇALVES, Carlos Roberto. *Responsabilidade civil - doutrina e jurisprudência*. 3ª ed., São Paulo: Saraiva, 1986.
- HUDON, Edward G. *Imprensa e liberdade*. Rio de Janeiro: Lidaador, 1963.
- HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*. Rio de Janeiro: Forense, 1958. v. VI.
- LIMA, Alvino. *Culpa e risco*. 2ª ed., (rev. e amp.) São Paulo: Revista dos Tribunais, 1998.
- MAGALHÃES, F. *Dicionário latim-português português-latim*. [s.l.] [19-]: LEP.
- MELLO Fº, José Celso de Mello. *Constituição federal anotada*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1986.
- MELLO, Sônia Maria Vieira. *O direito do consumidor na era da globalização (a descoberta da cidadania)*. Rio de Janeiro: Renovar, 1998.
- MENEZES, João Carlos. *Crime de Imprensa*. 3ª ed., Campinas: Conan, 1996.
- MIRANDA, Darcy Arruda. *Anotações ao código civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 1986.
- _____. *Comentários à Lei de Imprensa*. 3ª ed., (rev.), São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.
- MONTEIRO, Washington de Barros. *Curso de direito civil*. 16ª ed., São Paulo: Saraiva, 1981.
- MOURA, Geraldo Bezerra de. *Transporte aéreo e responsabilidade civil*. São Paulo: Aduaneiras, 1992.
- MÜLLER, Mary Stela; CORNELSEN, Julce Mary. *Normas e Padrões para teses, dissertações e monografias*. Londrina: UEL, 1995.
- NÁUFEL, José. *Novo dicionário jurídico brasileiro*. 4ª ed., Rio de Janeiro: José Konfino, 1965.
- NEGRÃO, Theotônio. *Código Civil*. 14ª ed., São Paulo: Saraiva, 1995.
- _____. *Código de Processo Civil e legislação processual em vigor*. 28ª ed., São Paulo: Saraiva, 1997.
- NEVES, Serrano. *Direito de Imprensa*. São Paulo: José Bushatsky, 1997.
- NOBRE, Freitas. *Lei da Informação*. 2ª ed., São Paulo: Saraiva, 1978.
- NOGUEIRA, Paulo Lúcio. *Questões cíveis controvertidas*. 4ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1990.

- NUNES, Luiz Antonio Rizzatto. *Manual da monografia jurídica*. São Paulo: Saraiva, 1997.
- OLIVEIRA, Juarez de; OLIVEIRA, Ana Cláudia Ferreira de. *Constituição federal de 1988*. 2ª ed., São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- _____; MACHADO, Antônio Cláudio da Costa. *Novo Código Civil*. (projeto aprovado pelo Senado Federal). São Paulo: Oliveira Mendes, 1998.
- ORGAS, Alfredo. *El daño resarcible (actos ilícitos)*. Buenos Aires: Bibliografica Argentina, 1952.
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. *Responsabilidade civil*. 9ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1998.
- PEREIRA, Moacir. *O direito à informação na nova lei de imprensa*. São Paulo: Global, 1993.
- RIZZARDO, Arnaldo. *A reparação nos acidentes de trânsito*. 2ª ed., (rev. e amp.), São Paulo: Revista dos Tribunais, 1986.
- RODRIGUES, Sílvio. *Responsabilidade civil*. 16ª ed., (tradução feita pelo Dr. Ary dos Santos). São Paulo: Saraiva, 1998.
- RUGGIERO, Roberto de. *Instituições de direito civil*. São Paulo: Saraiva, 1937, v.III.
- SANTOS, Antonio Jeová. *Dano moral indenizável*. São Paulo: Lejus, 1997.
- SANTOS, Reinaldo. *A ética na comunicação*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Destaque, 1996.
- _____. *Vade-mécum a comunicação*. 12ª ed., Rio de Janeiro: Destaque, 1998.
- SERPA LOPES, Miguel Maria. *Curso de direito civil*. 4ª ed., (rev.), Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1995.
- SERRANO, Vidal. *A proteção constitucional da informação e o direito à crítica jornalística*. São Paulo: FTD, 1997.
- SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 12ª ed., (rev.) São Paulo: Malheiros, 1996.
- SILVA, Wilson Melo da. *Responsabilidade civil automobilística*. 2ª ed., (rev. e amp.), São Paulo: Saraiva, 1975.
- SOARES, Orlando. *Responsabilidade civil no direito brasileiro*. 2ª ed., Rio de Janeiro: Forense, 1997.
- STOCO, Rui. *Responsabilidade civil e sua interpretação jurisprudencial*. 3ª ed., (rev. e amp.) São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997.
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. *Processo Penal*, 2º ed. Bauru: Jalovi, 1975, v. 1.
- ZAPPA, Gino. *La nazionalizzazione delle imprese*. Milano: Dott. Giuffrè, 1946